



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

PARECER: 240/2021 – G4P/ML

ASSUNTO: ANÁLISE DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00004885/2020-08-e

EMENTA:

1. DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM BASE NA LEI Nº 13.019/2014. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – SEDES/DF. SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE APOIO E PROTEÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ATINGIDA PELAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS, COM A OFERTA DE ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS, ATENÇÕES E PROVISÕES MATERIAIS. TERMOS DE COLABORAÇÃO EMERGENCIAIS Nºs 1/2020 E 2/2020, CELEBRADOS COM O INSTITUTO TOCAR E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ MÃOS SOLIDÁRIAS SOL NASCENTE. DECISÃO Nº 4.873/2020. DILIGÊNCIA. ANÁLISE.
2. ÁREA TÉCNICA CONSIDERA PARCIALMENTE **CUMPRIDAS** AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO **DECISUM** Nº 4.873/2020. PROPOSTA DE NOVAS DILIGÊNCIAS. AUDIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS.
3. PARECER **CONVERGENTE** DO MPC/DF, **COM ACRÉSCIMO**. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO Nº 11/2020-G4P.

1. O presente processo foi autuado em cumprimento à determinação contida nos itens V.b da **Decisão nº 1.394/2020**¹ (e-DOC 5BD639F9; Peça nº 1) e I da **Decisão nº 2.489/2020**² (e-DOC 87A03DEA; Peça nº 4), proferidas nos autos dos Processos nºs 28.759/2016-e e 7.743/2020-e³, respectivamente, para o exame de regularidade dos **Termos de Colaboração Emergenciais nº 1/2020 e nº 2/2020** celebrados entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF e Organizações da Sociedade Civil – OSCs, **Instituto Tocar e Associação Beneficente Cristão Mãos Solidárias Sol Nascente**,

ML7

¹ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator decidiu:

(...)

V – autorizar:

(...)

b) o exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela SEDES/DF, na auditoria tratada no Processo nº 7.743/2020;”

² “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator decidiu:

I – autorizar que o exame de regularidade determinado pelo inciso V, alínea ‘b’, da Decisão nº 1.394/20 seja realizado em autos apartados;”

³ Ambos autuados para o exame de Termos de Colaboração celebrados entre a então SEDESTMIDH e diversas Organizações da Sociedade Civil – OSCs, com o objetivo de realizar acolhimento institucional e proteção social para crianças, adolescentes, deficientes, idosos e moradores de rua em situação de vulnerabilidades.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

em decorrência das Dispensas de Chamamento Público deflagradas pela SEDES/DF, sob a égide da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 37.843/2016, que regulamenta sua aplicação.

2. Consoante consignado na Informação nº 5/2021 – DIASP2 (e-DOC 8ADA3360; Peça nº 70), os ajustes em questão são assim detalhados:

Quadro 1. Discriminação das despesas	
Contratante:	Distrito Federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social
Termo de Colaboração Emergencial 01/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 911)	
Processo SEI-GDF	00431-00004214/2020-91 (e-DOC E93EE009)
Parceira/CNPJ	Instituto Tocar (CNPJ 04.510.481/0001-36)
Valor global da parceria ³	R\$ 4.757.113,08 (e-DOC 90850E0F, pág. 219)
Objeto	Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, cuja finalidade será promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2020, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas e, ainda, assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, conforme orientações expressas nas Notas Técnicas nº 11/2020-SUBSAS e 12 e no Plano de Trabalho. 200 vagas (e-DOC E93EE009, pág. 659)
Local da realização da parceria	Autódromo Internacional de Brasília (e-DOC E93EE009, pág. 1039)
Valor do Termo de Colaboração	R\$ 2.394.837,70 (e-DOC E93EE009, pág. 911)
Vigência do Termo de Colaboração	90 dias ou enquanto perdurar a situação de emergência da pandemia COVID-19. De 07/04/2020 a 06/07/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 912 e 1494)
Valor do Primeiro Termo Aditivo	Sem alteração de valor (e-DOC E93EE009, pág. 1442 e 1460)
Vigência do Primeiro Termo Aditivo	30 dias, de 06/07/2020 a 06/08/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 1497)
Valor do Segundo Termo Aditivo	R\$ 945.081,06 (e-DOC E93EE009, pág. 1819 e 1828)
Vigência do Segundo Termo Aditivo	60 dias, de 05/08/2020 a 05/10/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 1854)
Valor do Terceiro Termo Aditivo	R\$ 1.417.621,59 (e-DOC 90850E0F, pág. 219)
Vigência do Terceiro Termo Aditivo	3 meses, de 03/10/2020 a 01/01/2021 (e-DOC 90850E0F, pág. 219)
Fundamento Legal	art. 24, III, do Decreto 37.843/2016 c/c art. 30, III, da Lei 13.019/2014, bem como Notas Técnica 11 e 12/2020-SEDES/SEADS/SUBSAS e Parecer Técnico 5/2020-SEDES/SEADS/SUBSAS. (e-DOC E93EE009, pág. 925 e 955)
Termo de Colaboração Emergencial 02/2020 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)	
Processo SEI-GDF	00431-00005123/2020-73 (e-DOC BD9D0050-e)
Parceira/CNPJ	Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente

³ Valores considerados até 26/01/2021, data de análise do processo 00431-00004214/2020-91.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

	(05.488.350/0001-62)
Valor global da parceria ⁴	R\$ 4.613.176,34 (e-DOC 8D04F338-e, pág. 882)
Objeto	Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências a ser instalado na região administrativa de Ceilândia, cuja finalidade será promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas de enfrentamento ao coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas e, ainda, assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, e que será instalado na área de recuo do Estádio Regional de Ceilândia, situado na QNN 14, AE, Ceilândia - DF, pasta 0155/01, cedida, a título precário, pela Administração Regional de Ceilândia, conforme orientações expressas na Nota Técnica nº 15/2020-SUBSAS, no Pareceres Técnicos 7 e 10, Plano de Trabalho e aprovação do Plano de Trabalho. META: 200 vagas (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)
Local de realização da parceria	recuo do Estádio Regional de Ceilândia (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)
Valor do Termo de Colaboração	R\$ 1.639.127,87 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)
Vigência do Termo de Colaboração	90 dias por períodos sucessivos, enquanto perdurarem os efeitos das medidas de enfrentamento ao Covid-19 para a população em situação de rua. 11/05/2020 a 08/08/2020 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 769)
Valor do Primeiro Termo Aditivo	R\$ 868.932,90 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 1080)
Vigência do Primeiro Termo Aditivo	2 meses – 09/08/2020 a 07/10/2020 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 1079/1080)
Valor do Segundo Termo Aditivo	R\$ 1.263.960,25 (e-DOC 8D04F338-e, pág. 191)
Vigência do Segundo Termo Aditivo	3 meses – 07/10/2020 a 06/01/2021 (e-DOC 8D04F338-e, pág. 190/191)
Valor do Terceiro⁵ Termo Aditivo	R\$ 841.155,32 (e-DOC 8D04F338-e, pág. 881 e 897)
Vigência do Terceiro Termo Aditivo	2 meses – 06/01/2021 a 07/03/2021 (e-DOC 8D04F338-e, pág. 881)
Fundamento Legal	art. 24, III, do Decreto 37.843/2016 e no art. 30, III, da Lei 13.019/2014, bem como na Nota Técnica 15/2020-SEDES/SEADS/SUBSAS, no Parecer Técnico 7/2020-SEDES/SEADS/SUBSAS, Parecer SEI-GDF 93/2020 – SEDES/GAB/AJL (e-DOC BD9D0050-e, pág. 810)

⁴ Valores considerados até a data de análise do processo 00431-00005123/2020-73 (27/01/2021)

⁵ Ressalta-se que o Termo de Colaboração Emergencial 02/2020 sofreu terceiro aditivo, mantendo-se assim suas atividades em 2021, em virtude de Decisão Judicial a qual, após recurso da PGDF, restou por determinado à SEDES/DF a manutenção do funcionamento de ao menos um dos alojamentos provisórios, até julgamento final do recurso (e-DOC 8D04F338-e, págs. 367, 409, 460 e 538).



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

3. Tendo em vista o objeto dos Termos de Colaboração Emergenciais nº 1/2020 e nº 2/2020, o exame realizado pela Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública obedeceu às diretrizes estabelecidas na Resolução nº 333/2020, alterada pela Resolução nº 338/2020, que dispõe sobre a fiscalização pela Corte de Contas das contratações realizadas pelo GDF para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus.

4. Oportuno destacar que esse exame abrangeu também aspectos abordados na **Representação nº 11/2020-G4P** (e-DOC 3B097E26; Peça nº 11), formulada por esta Quarta Procuradoria, tendo em vista possíveis irregularidades na execução das despesas realizadas no âmbito do TC nº 1/2020, celebrado com o Instituto Tocar, conforme Ofício nº 331/2020-GAB DEP. JÚLIA LUCY (e-DOC E8569554; Peça nº 8).

5. A peça ministerial foi levada ao conhecimento do Plenário na Sessão Ordinária nº 5.227, de 23/9/2020, culminando na Decisão nº 4.084/2020 (e-DOC EE61584B; Peça nº 18), **in verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **conhecer da Representação nº 11/2020-G4P**, de autoria do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (e-doc 3B097E26-e e anexos constantes dos e-docs 8C14BF22-e, E7A65C76-e, E8569554-e e 8C7A84A0-e), por preencher os requisitos de admissibilidade (art. 230, §1º, do Regimento Interno do TCDF); II – **autorizar: a) a inclusão dos fatos narrados no escopo dos exames de regularidade que estão sendo efetuados nos autos em apreço em atenção à Decisão nº 2.489/20**; b) a ciência desta decisão ao autor da representação; c) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Deputada Distrital Júlia Lucy; d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, para adoção das providências pertinentes.”* (Grifos acrescidos).

6. Como resultado da verificação, a Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública elaborou a Informação nº 71/2020-DIASP2 (e-DOC 42254307, Peça nº 26), abordando os aspectos legais e operacionais das parcerias, em especial aqueles que se constituíram achados, elencados em Matriz própria (e-DOC B5C234FE; Peça nº 27).

7. Com arrimo nos resultados apresentados, na assentada realizada na Sessão Ordinária nº 5.234, de 11/11/2020, o Tribunal proferiu a Decisão nº 4.873/2020 (e-DOC 42F449A, Peça nº 32), cujos termos transcrevo a seguir:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **tomar conhecimento: a) dos procedimentos para celebração e execução dos Termos de Colaboração Emergenciais nºs 01 e 02/2020, realizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF no âmbito dos Processos GDF SEI nºs 00431-00004214/2020-91 e 00431-00005123/2020-73** (e-DOCS E93EE009-e e BD9D0050-e); b) da Matriz de Achados (e-DOC B5C234FE-e); II –*



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que:
a) apresente, com fulcro no inciso V, do art. 248, do Regimento Interno deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecimentos acerca das impropriedades apontadas na Informação nº 71/2020 – DIASP2 (e-DOC 42254307-e) e resumidas na Matriz de Achados (e-DOC B5C234FE-e), encaminhando documentação comprobatória no caso de discordância; b) cumpra integralmente o determinado no inciso II da Decisão nº 2.489/20, disponibilizando a esta Corte acesso integral aos processos administrativos de termos de colaboração que tenham sido firmados com o objetivo de dar apoio e proteção à população em situação de rua, atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, em especial, conceda acesso imediato ao Processo SEI GDF nº 00431-0000010780/2018-18 e demais processos que tratem de aditivos celebrados com o Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social; III – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, da Matriz de Achados (e-DOC B5C234FE-e), dos Papéis de Trabalho nºs 01 (eDOC 9BE4CEE1-e) e 02 (e-DOC 5687C0D2-e) e desta decisão: 1) à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, para fins de subsidiar o atendimento da deliberação contida no inciso II; 2) ao Instituto Tocar e a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente para se manifestarem, em 15 (quinze) dias, acerca das evidências apontadas na Informação nº 71/2020 – DIASP2 (e-DOC 42254307-e), caso tenham interesse; 3) à Deputada Distrital JÚLIA LUCY, que informou ao Ministério Público junto ao Tribunal as supostas irregularidades que ensejaram a Representação nº 11/2020-G4P; b) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, para adoção das medidas cabíveis.” (Grifos no original e acrescidos).

8. A par dos esclarecimentos colacionados pela jurisdição e pelas entidades envolvidas, a diligente Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, desta feita, emitiu a Informação nº 5/2021-DIASP2 (e-DOC 8ADA3360; Peça nº 70), mediante a qual procedeu à análise das diligências determinadas no **Decisum** em relação aos **achados** consignados em nova Matriz, atrelada ao e-DOC 3DC7F264 (Peça nº 68), conforme a seguir:

1. Ausência de indicação da localidade de execução do objeto na Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 01/2020;
2. Ausência de Justificativa para o “Modelo de Montagem Completa” adotado (TC 01/2020 e TC 02/2020);
3. Ausência de documentos de permissão de uso da área do Autódromo Internacional de Brasília (TC 01/2020);
4. Ausência de informações acerca da capacidade de atendimento existente (TC 01/2020 e TC 02/2020);
5. Exiguidade temporal entre a publicação dos Avisos de Abertura de Dispensa de Chamamento Público e o recebimento de propostas (TC 01/2020 e TC 02/2020);
6. Falhas na definição dos critérios de seleção (TC 01/2020);
7. Valores executados para instalação da estrutura acima do custo estimado (TC 01/2020 e TC 02/2020);
8. Valores pagos por pessoa atendida acima do valor de referência (TC 01/2020);



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

9. Ausência de formalização da redução do custo global da parceria do TC 01/2020;
10. Ausência de Atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação (TC 01/2020 e TC 02/2020);
11. Ausência de informações sobre a parceria no sítio da Associação Mãos Solidárias, TC 02/2020;
12. Atendimento parcial ao estabelecido no item II da Decisão TCDF 2.489/2020;
13. Ausência de Apostilamentos para sanar irregularidades do TC 01/2020.

9. Nesse contexto, concluiu o exame da seguinte forma:

“III. Conclusão

*148. A presente análise teve por objetivo o **exame das informações prestadas pelas SEDES/DF e pelas OSCs parceiras acerca dos Termos de Colaboração celebrados com objetivo de execução de Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com finalidade de promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus**, tendo sido celebrado os seguintes ajustes:*

*- **Termo de Colaboração Emergencial 01/2020, celebrado entre a SEDES/DF e o Instituto Tocar**, cuja execução do objeto ocorreu no Autódromo Internacional de Brasília desde 07/04/2020, com atendimento de 200 pessoas simultaneamente até 01/01/2021. Valor global do ajuste: R\$ 4.757.113,08;*

*- **Termo de Colaboração Emergencial 02/2020, celebrado entre a SEDES/DF e a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente**, cuja execução do objeto ocorreu no Estádio Regional de Ceilândia, desde 11/05/2020, com previsão para atendimento de 200 pessoas simultaneamente até 07/03/2022. Valor global do ajuste: R\$ 4.613.176,34.*

*149. Em decorrência dos exames efetuados nos Processos GDF SEI 00431-00004214/2020-91 e 00431-00005123/2020-7345 e das manifestações apresentadas pela SEDES/DF e pelas Entidades, **confirma-se os apontamentos que indicaram a necessidade de aperfeiçoamento das justificativas quanto a especificação do objeto das parcerias**. Nesse sentido, propõe-se **alertar à SEDES/DF** que, em futuras realizações de Dispensas de Chamamento Público, **inclua, nas Notas Técnicas, informações essenciais para realização do certame**.*

*150. Quanto à **seleção das entidades parceiras**, as análises demonstram que os procedimentos adotados no âmbito da SEDES/DF evidenciaram condições que **comprometeram a vantajosidade** para a Administração Pública Distrital, em especial quanto à **exiguidade temporal para apresentação das propostas** por parte das OSCs interessadas, bem como no que tange aos **critérios de seleção** que levaram à celebração do TC 01/2020. Por isso, propõe-se **alertar à SEDES/DF** que, nas futuras realizações de Dispensas de Chamamentos Públicos, cumpra com o previsto no **§ 2º do art. 24 da Lei 13.019/2014**, bem como inclua **critérios de seleção que estimulem a apresentação de propostas economicamente vantajosas para a Administração Pública**.*

*151. Ainda, tendo em vista as **falhas verificadas na fase de planejamento, divulgação e seleção das Dispensas de Chamamento Público** que levaram aos TC 01/2020 e TC 02/2020, conforme registrado nos **Achados 1 a 6** desta Informação, propõe-se autorizar a **audiência** para o nominado na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69), para que, no prazo de 30 dias, apresente suas **Razões de Justificativa** em razão*



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

das irregularidades apontadas, tendo em vista a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, II e III, da Lei Complementar nº 01/1994.

152. Com relação ao valor global das parcerias, constatou-se valores executados para instalação da estrutura acima do custo estimado, além de terem sido dispendidos, no TC 01/2020, valores por pessoa atendida acima do valor referenciado pela SEDES no Anexo I da Portaria 290/2017.

153. Ainda, com relação aos valores das parcerias, verificou-se pendência de formalização das alterações relativas aos serviços e custos referentes ao Termo de Colaboração 01/2020 que implicariam em redução do valor global da parceria.

154. Nesse sentido, propõe-se autorizar a audiência dos nominados na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69), para que, no prazo de 30 dias, apresentem suas Razões de Justificativa em razão das irregularidades apontadas, tendo em vista a possível conversão em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994 e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma.

155. Também, tendo em vista que o TC 01/2020 foi finalizado e que há indícios de irregularidade que podem ter gerado dano ao erário, sugere-se determinar à SEDES/DF que notifique o Instituto Tocar para que apresente o Relatório de Execução Financeira, bem como que a jurisdicionada dê início ao processo de análise e julgamento das prestações de contas da entidade.

156. No que tange à execução do objeto, verificou-se ausência de regularização das inconsistências detectadas no 2º Termo Aditivo do TC 01/2020, bem como ausência de atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação nos dois ajustes celebrados. Para tanto foram propostos determinações e alerta com finalidade de sanar as irregularidades.

157. Registra-se que a SEDES/DF disponibilizou à equipe técnica desta Corte de Contas acesso ao processo SEI GDF nº 00431-0000010780/2018-18, o qual trata do Termo de Colaboração 02/2018, celebrado com o Instituto Inclusão. Nesse sentido, propõe considerar atendido integralmente o item II da Decisão 2.489/2020.

158. Por fim, verificou-se que, apesar de o espaço cedido pelo Centro de Convivência Granja das Oliveiras acolher pessoas em situação de rua desde abril de 2020, o objeto da parceria do TC 02/2018, difere das parcerias realizadas com finalidade de apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, não devendo, portanto, os procedimentos realizados no TC 02/2018 fazerem parte da análise tratada nesta Instrução.” (Grifos acrescidos).

10. Ao final, o Corpo Técnico sugeriu ao Plenário do Tribunal:

“I – tomar conhecimento:

- a) da documentação encaminhada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF - SEDES/DF, por meio do processo SEI GDF 00600-0008796/2020- 22 (peça 67, e-DOC BA811335-e) e do Ofício 590/2020 – SEDES/GAB/ASSESP (peça 58, e-DOC 066C33BB-c), em atendimento ao item II.a da Decisão 4.873/2020;*
- b) da documentação encaminhada pelo Instituto Tocar, Ofício 44/2020 (peça 62, e-DOC E16B7E3E-c), em atendimento ao item III.a.2 da Decisão 4.873/2020;*
- c) da documentação encaminhada pela Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente (peça 63, e-DOC 936205BF-c), em atendimento ao item III.a.2 da Decisão 4.873/2020;*



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

- d) dos procedimentos realizados para execução dos Termos de Colaboração 02/2018, 01/2020 e 02/2020 realizados pela SEDES/DF no âmbito dos Processos GDF SEI 00431-0010780/2018-18; 00431- 00004214/2020-91; e 00431-00005123/2020-73 (e-DOCs 49D03D49-e, 90850E0F-e e 8D04F338-e);
- e) da Matriz de Achados (e-DOC 3DC7F264-e, peça 68), da Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69), e da Informação nº 05/2021-DIASP2 (e-DOC 8ADA3360-e, peça 70);

II – considerar atendido o item II da Decisão 2.489/2020 (Achado 12);

III – determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que:

- a) no prazo de 15 (quinze) dias **apresente** a esta Corte de Contas:
 - i. informações obtidas junto à Secretaria de Esporte e Lazer do DF acerca das condições em que as dependências do Autódromo Internacional Nelson Piquet, utilizadas para realização do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, Termo de Colaboração Emergencial 01/2020, foram recebidas, inclusive com detalhamento dos possíveis danos patrimoniais ocorridos e ainda não reparados, bem como informações sobre eventuais despesas correntes não custeadas pela entidade ou pela SEDES/DF e que estiverem diretamente atreladas à execução do TC 01/2020 (Achado 3);
 - ii. relação dos bens incorporados pela Administração Pública originários do TC 01/2020 (Achado 7);
- b) **notifique** a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias, para que apresente o Relatório de Execução Financeira, de acordo com o previsto no art. 62 do Decreto 37.843/2016, e proceda à análise e ao julgamento das prestações de contas referente ao TC 02/2020, nos termos dos arts. 63 e 67 a 70 do Decreto 37.843/2016, dando conhecimento a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca das ações implementadas (Achado 7);
- c) **notifique**, imediatamente, o Instituto Tocar para que apresente o Relatório de Execução Financeira referente ao TC 01/2020 firmado com a SEDES/DF, o qual deverá conter as informações e documentos elencados no art. 62 do Decreto 37.843/2016 (Achados 7, 8 e 13);
- d) em relação ao TC 01/2020, **realize**: (Achados 7, 8 e 13)
 - i. a análise do relatório de execução financeira, mediante parecer técnico, de acordo com o previsto no art. 63 do Decreto 37.843/2016;
 - ii. a análise e julgamento das prestações de contas do Instituto Tocar, nos termos dos arts. 67 a 70 do Decreto 37.843/2016, dando conhecimento a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca dos resultados;
- e) nos termos dos arts. 45, 47, 49 e 68, inciso II, do Decreto 37.843/2016, **exija** da Comissão de Monitoramento e Avaliação atuação efetiva no acompanhamento (Achado 10):
 - i. dos procedimentos realizados para análise da prestação de contas do TC 01/2020;
 - ii. da execução do serviço objeto do TC 02/2020, bem como na posterior análise da prestação de contas do Termo de Colaboração.



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

IV – autorizar, em autos apartados, a audiência:

- a) dos nominados na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69) para que, no prazo de 30 dias, apresentem suas Razões de Justificativa em razão das irregularidades ali apontadas e descritas nos achados 7 e 9 da Informação nº 05/2021-DIASP2 (e-DOC 8ADA3360-e, peça 70), tendo em vista a possível conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994 e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma (Achados 7 e 9);
- b) do nominado na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69), para que, no prazo de 30 dias, apresente suas Razões de Justificativa em razão das irregularidades ali apontadas e descritas nos achados 1 a 6 da Informação nº 05/2021-DIASP2 (e-DOC 8ADA3360-e, peça 70), tendo em vista a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, II e III, da Lei Complementar 01/1994 (Achados 1 a 6);

V – alertar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal:

- a) que, doravante, nas Dispensas de Chamamentos Públicos, inclua:
 - i. no Aviso de Dispensa, na Justificativa da Dispensa e nos respectivos Planos de Trabalho aprovados o local em que será executado o objeto da parceria firmada, bem como se haverá ou não utilização de bens públicos (Achado 1);
 - ii. nas Notas Técnicas informações essenciais para realização do certame, em especial, dados que justifiquem as escolhas da administração pública, deixando de admitir ou incluir nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, atendendo o §2º do art. 24 da Lei 13.019/2014, bem como o art. 12 do Decreto 37.843/2016 (Achado 2 e 5);
 - iii. em atendimento ao Princípio da Motivação dos Atos Administrativos e ao previsto pelo Manual MROSC do DF, pág. 24, nas Notas Técnicas informações acerca das ações públicas que já foram realizadas com o propósito do ajuste a ser celebrado, bem como abordem os principais elementos de decisão que subsidiaram a opção pela parceria (Achado 4);
 - iv. na metodologia de pontuação e pesos para julgamento das propostas, critérios de seleção que estimulem a apresentação de propostas economicamente vantajosas para a Administração Pública (Achado 6);
- b) quanto à necessidade de dar cumprimento à recomendação constante do item VI.a.1 da Decisão TCDF 4.328/2018, qual seja, garantir condições adequadas para o funcionamento e o cumprimento das atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação, esclarecendo que este aspecto será objeto de avaliação em futuro monitoramento no bojo do Processo 7743/2020-e; (Achado 10);

VI – autorizar:

- a) o encaminhamento de cópias desta Informação (e-DOC 8ADA3360-e, peça 70), da Matriz de Achados (e-DOC 3DC7F264-e, peça 68), do Relatório/Voto e da Decisão a ser proferida à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF, ao Instituto Tocar e à Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente;



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

- b) o encaminhamento de cópia desta Informação (e-DOC 8ADA3360-e, peça 70), da Matriz de Achados (e-DOC 3DC7F264-e, peça 68), da Matriz de Responsabilização (eDOC 97A3B52C-e, peça 69), do Relatório/Voto e da Decisão a ser proferida aos nominados na Matriz de Responsabilização;*
- c) a ciência da decisão que vier a ser proferida à Deputada Distrital Júlia Lucy;*
- d) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, para análise das manifestações e documentos que serão apresentados em função do item III destas Sugestões.” (Grifos acrescidos).*

11. A proposta contida na Informação nº 5/2021-DIASP2 contou com a anuência do Diretor da DIASP2 e do Secretário de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública. Dessarte, o presente processo foi encaminhado ao gabinete do Conselheiro-Relator, por meio do Despacho nº 124/2021 – SEASP (e-DOC 1A96960DF; Peça nº 71).

12. Ato contínuo, em atenção à determinação contida no Despacho Singular nº 87/2021 – GCPM (e-DOC 63A8B77A; Peça 72), os autos foram então remetidos ao MPC/DF para prolação de parecer.

13. É o relato. Passa o **Parquet** especial a analisar o feito.

14. Preliminarmente, informo que, no presente momento, o exame deste Órgão Ministerial **cingir-se-á** à verificação do cumprimento das determinações contidas na Decisão nº 4.873/2020, pela SEDES/DF, bem como ao exame das manifestações das OSCs parceiras, Instituto Tocar e Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente, conforme autorizado no **Decisum**.

15. Nesse sentido, importante destacar que, ao tempo que o MPC/DF **comunga** com o entendimento esposado pela Unidade Técnica na Informação nº 5/2021 – DIASP2, considera pertinentes as posições consignadas pela Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública ao Plenário.

16. Nada obstante, entendo salutar perpassar alguns aspectos dos resultados delineados no documento técnico que considero mais relevantes para apreciação da matéria objeto do presente feito, seguidos do exame deste **Parquet** especial.

17. No que concerne aos itens **II.a** e **III.a.2** da Decisão nº 4.873/2020, eis o consignado pelo Corpo Instrutivo no documento técnico que precede o exame deste Órgão Ministerial:

"Achado 1. Ausência de indicação da localidade de execução do objeto da Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 01/2020

Situação Encontrada

14. As parcerias celebradas por meio dos TC 01/2020 e TC 02/2020 têm como objeto o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, cuja finalidade é a de promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

15. Verificou-se que não consta das Notas Técnicas da SUBSAS, referentes ao TC 01/2020, a definição sobre o local de execução do Serviço. A informação também está ausente nos Planos de Trabalho apresentados pelo Instituto Tocar, entidade selecionada para realização da parceria, bem como não é descrita no Termo de Colaboração celebrado (e-DOC E93EE009, pág. 482/515, 650/758 e 911).

Manifestação

16. A jurisdicionada se manifestou informando que no momento da construção das notas técnicas que levaram à celebração do TC 01/2020, de fato, não foi indicado o local que seria instalado o Serviço. Conforme registrado pela Pasta, tal ausência de informação 'se deu tanto em decorrência do exíguo prazo para elaboração dos documentos quanto pelo entendimento (de certa forma equivocado) de que o serviço poderia ser instalado em qualquer local, visto que a infraestrutura definida pela secretaria possuía caráter provisório.' (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 2)

Análise

17. Conforme corroborado pela Pasta, **não há informação nos documentos que levaram à celebração do TC 01/2020 acerca da localidade para realização da execução do serviço.**

18. O Manual MROSC/DF, dispõe que a Nota Técnica que dá base a parcerização deve abordar elementos que detalhem o ajuste a ser firmado, dentre os quais, a definição sobre o uso de bens públicos necessários à execução da parceria, bem como o local onde será executado o objeto da avença.

19. Tais informações são **elementos essenciais** para que as entidades interessadas elaborassem as propostas e, posteriormente, Plano de Trabalho, bem como poderia **impactar na definição dos custos e da logística** necessária para a execução do objeto do TC 01/2020. **A ausência de informações basilares na fase de Chamamento Público pode trazer prejuízo à isonomia na apresentação das propostas.**

20. Nesse sentido, tendo em vista que a parceria celebrada por meio do TC 01/2020 foi tanto realizada quanto finalizada, não sendo possível, portanto, a correção da lacuna de informação do local de realização da parceria, sugere-se **alertar** à SEDES/DF que nas futuras realizações de Dispensas de Chamamentos Públicos inclua no Aviso de Dispensa, na Justificativa da Dispensa e nos respectivos Planos de Trabalho aprovados o local em que será executado o objeto da parceria firmada, bem como se haverá ou não utilização de bens públicos. **(Sugestão V.a.1)**

Achado 2 – Ausência de Justificativa para o 'Modelo de Montagem Completa' adotado:

Situação Encontrada

21. Tanto nos autos do TC 01/2020 quanto do TC 02/2020 não constam das Notas Técnicas justificativas para adoção do modelo de montagem completa da estrutura física para a realização do Serviço de Proteção.

22. Os documentos que fundamentam a dispensa de chamamento público não indicam os motivos que levaram a administração a não abrir oportunidade para a participação de OSCs que já possuíam estrutura física pronta, ou para as parcerias existentes, ou para a não adoção de outras alternativas para o atendimento da população de rua, a exemplo, do programa do GDF 'Sua Vida Vale Muito – Ação Hotelaria Solidária'.

Manifestação

23. Sobre o assunto em tela, a SEDES/DF relatou que historicamente tem tido dificuldade de operacionalizar Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

Famílias, visto que o rol de OSCs interessadas em prestar esse serviço é restrito (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 2).

24. A exemplo, a Pasta apresentou, o Resultado Provisório da Etapa de Classificação do Edital de Chamamento Público 2/2020, que se destina a seleção de parceira para execução do serviço de acolhimento. Segundo a SEDES/DF, o Edital ficou aberto ao recebimento de proposta durante 30 dias e apenas quatro OSCs apresentaram propostas e, dessas, somente três foram classificadas (peça 67, e-DOC BA811335-e, pág. 93).

25. Complementou a jurisdicionada que, no período de 30 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2018, também esteve aberto o Edital de Chamamento Público 3/2017, no qual, apesar do longo período em que esteve disponível ao recebimento de propostas, apenas uma OSC foi habilitada (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 2).

26. Destacou a Secretaria que a população em situação de rua representa um fenômeno crescente e que apresenta demandas diferentes dos demais públicos (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 2).

27. Ademais, informou a Pasta, que das parcerias existentes, as únicas que poderiam, a princípio, acolher o público alvo dos alojamentos provisórios seriam o Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social e o Centro Comunitário São Lucas. Entretanto, o Instituto Inclusão, na época da Dispensa de Chamamento para os alojamentos temporários, ainda não tinha atingido a meta pactuada por falta de capacidade instalada. Quanto ao Centro Comunitário São Lucas, o serviço prestado pela entidade é destinado apenas ao acolhimento de mulheres com crianças em trânsito no Distrito Federal para tratamento de saúde e possui capacidade instalada para atendimento de apenas 40 pessoas simultaneamente (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 3).

28. Prosseguindo nas considerações, a SEDES/DF explicou que a instalação de capacidade de atendimento regular para acolhimento das 400 pessoas atendidas nos alojamentos provisórios demandaria um lapso temporal muito extenso, não disponível na época. Acrescentou que atualmente, não há no Distrito Federal organizações da sociedade civil com estrutura capaz de acolher 200 adultos simultaneamente. (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 3).

Análise

29. Conforme informações e dados apresentados pela SEDES/DF, tem-se, somente nesse momento, justificativas que clarificam a opção da Jurisdicionada em realizar ajustes exigindo da parceira a montagem completa da estrutura física.

30. Destaca-se que a ausência de justificativas para o modelo escolhido nas notas técnicas que dão base à dispensa de chamamento, bem como a limitação para seleção de OSCs que apresentassem Plano de Trabalho com previsão de montagem completa de estrutura, configura restrição à competitividade na seleção, contrariando o estabelecido no § 2º, art. 24 da Lei 13.019/2014 e art. 12 do Decreto 37.843/2016.

*31. Assim, considerando as justificativas ora apresentadas pela Pasta, sugere-se emitir **alerta** à SEDES/DF que, nas futuras realizações de Dispensas de Chamamentos Públicos, inclua nas Notas Técnicas informações essenciais para realização do certame, em especial, dados que justifiquem as escolhas da administração pública, deixando de admitir ou incluir, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, atendendo ao §2º do art. 24 da Lei 13.019/2014, bem como ao art. 12 do Decreto 37.843/2016. (Sugestão V.a.2)*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Achado 3 – Ausência de documentos de permissão de uso da área do Autódromo Internacional de Brasília

Situação Encontrada

32. Nos autos do TC 01/2020 não constam documentos que demonstrem a permissão do GDF para a utilização da área do Autódromo Internacional de Brasília, bem como, faltam informações acerca de tratativas sobre o uso do espaço público tais como: local, área que será utilizada, valores cobrados, tempo permitido para o uso.

33. Nesse sentido, o processo não contém documentos que tratem sobre: definição acerca da ocupação de área pública necessária à execução da parceria, responsabilidades da administração pública e da entidade privada quanto ao uso do equipamento público, cobranças de aluguel ou outros dispêndios realizados pela SEDES/DF ou pelo Instituto Toccar para utilização do espaço.

Manifestação

34. A Pasta informou que não foi formalizada a cessão do espaço onde estava instalada a estrutura do Serviço de Proteção no Autódromo Internacional de Brasília. Entretanto, esclareceu que não houve pagamento de quaisquer despesas relativas à utilização parcial das dependências do Autódromo (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 3).

35. Para regularização da situação, a jurisdicionada solicita a essa Corte de Contas prazo para formalizar termo aditivo com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer como interveniente, estabelecendo as obrigações e responsabilidades dos partícipes (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 3).

Análise

36. Verificação dos documentos constantes do Processo SEI-GDF 00431-00004214/2020-9113, que trata do TC 01/2020, demonstra que **não foi realizada a formalização entre a SEDES/DF, o Instituto Toccar e a Secretaria de Esporte e Lazer do DF acerca da cessão do espaço onde foi instalada a estrutura de acolhimento no Autódromo** (documento associado, e-DOC 90850EF-e, pág. 218).

37. Ressalta-se que conforme Relatório Informativo Mensal do Termo de Colaboração nº 01/2020 **‘As atividades do Alojamento provisório foram encerradas no dia 01 de Janeiro’** (e-DOC 90850EF-e, pág. 626).

38. Nesse sentido, **tendo em vista a finalização da parceria objeto do TC 01/2020, tem-se que o pedido da SEDES/DF, a esta Corte de Contas, de prazo para formalização de termo aditivo com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer acerca da utilização do Autódromo, restou por prejudicado.**

39. Porém, **faz-se necessário que a SEDES/DF certifique-se com a gestora do equipamento público sobre as condições em que as dependências do Autódromo, utilizadas para realização do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, foram entregues, inclusive com detalhamento dos possíveis danos patrimoniais ocorridos e não reparados, bem como informações sobre eventuais despesas correntes não custeadas pela entidade ou pela SEDES e que estiverem diretamente atreladas à execução do TC 01/2020.**

40. Assim, **sugere-se que seja determinado à SEDES/DF que no prazo de 15 (quinze) dias apresente a esta Corte de Contas informações obtidas junto à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF acerca das condições em que as dependências do Autódromo Internacional Nelson Piquet, utilizadas para realização do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, Termo de Colaboração Emergencial 01/2020, foram recebidas, inclusive com detalhamento dos possíveis danos patrimoniais ocorridos e ainda não reparados, bem como informações sobre eventuais despesas correntes não custeadas pela entidade ou pela SEDES/DF e que estiverem diretamente atreladas à execução do TC 01/2020.**(Sugestão III.a.1)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Achado 4 – Ausência de informações acerca da capacidade de atendimento existente
Situação encontrada

41. Nos processos referentes aos TCs 01/2020 e 02/2020 não foram identificadas informações acerca da capacidade de atendimento existente na SEDES/DF que justificassem, adequadamente, a meta de atendimento para 200 pessoas nos alojamentos temporários. Não foram apresentados dados sobre os locais de atendimento existentes e a quantidade de vagas disponíveis na rede própria e nas entidades parceiras. Assim, as justificativas das Dispensas foram insuficientes para demonstrar que as 400 vagas previstas pela SEDES/DF eram de fato necessárias.

Manifestação

42. A jurisdicionada manifestou-se nos seguintes termos:

Em que pese a ausência das informações relativas à capacidade instalada de atendimento para adultos e famílias, registra-se que em fevereiro de 2020, segundo dados do Serviço Especializado em Abordagem Social, havia 3.563 pessoas em situação de rua, sendo que destas 1.855 pessoas foram atendidas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social no mês. Já em março de 2020, havia 3.439 pessoas em situação de rua e foram atendidas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social 1.715 pessoas. Nesse período, contudo, a capacidade instalada de acolhimento da Sedes era de 400 vagas, sendo 215 provenientes do Termo de Colaboração n.º 2/2018 e 185 das unidades de execução direta Unam, Unai e Unaf. Esclarece-se que os serviços de acolhimento não são serviços de pernoite, ou seja, as 400 vagas estavam preenchidas. Assim, por exemplo, a demanda geral potencial de acolhimento em março de 2020, considerando apenas aquelas pessoas que foram atendidas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social no mês, era de 2.115 pessoas, somadas as pessoas em situação de rua (1715) e aquelas que já se encontravam acolhidas nas unidades de acolhimento (400). (grifou-se, peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 3/4 e peça 67, e-DOC BA811335-e, pag. 100/106).

43. Complementou a Pasta que, mesmo com a instalação da capacidade plena de atendimento do Instituto Inclusão (aumento de 215 vagas para 320 vagas) e com a implantação dos dois alojamentos provisórios (400 vagas), a capacidade instalada de acolhimento institucional da SEDES/DF continuou insuficiente para atendimento da demanda (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 4).

44. Por conseguinte, a jurisdicionada apresentou Lista de Demanda por Acolhimento - Adultos e Famílias com data de 26/11/2020, na qual haviam 74 pessoas aguardando vaga no serviço de acolhimento institucional, contra 25 vagas disponíveis para preenchimento (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 4 e e-DOC BA811335-e, pag. 100/106 pág. 95/99 e 107/118).

Análise

45. Conforme listagem apresentada pela jurisdicionada, verifica-se que em março de 2020, época do 1º Aviso de Abertura de Dispensa de Chamamento Público (de 28/03/2020), havia demanda para acolhimento de 1.715 pessoas em situação de rua contra 400 vagas na SEDES/DF. Logo, ainda que as 400 vagas para acolhimento estivessem livres, seriam necessárias mais 1.315 vagas para atender toda a demanda daquele período (e-DOC BA811335-e, pag. 105/106).

46. Assim, neste momento, a Pasta apresenta informações, mais detalhadas, que demonstram que as 400 vagas contratadas para atendimento nos alojamentos provisórios, TC 01/2020 e TC 02/2020, eram necessárias, atendendo, portanto, ao interesse público.

47. Pelo exposto, sugere-se alertar à jurisdicionada que, em atendimento ao Princípio da Motivação dos Atos Administrativos e ao previsto pelo Manual MROSC do DF14,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

pág. 24, nas próximas Dispensas de Chamamento Público, inclua nas Notas Técnicas informações acerca das ações públicas que já foram realizadas com o propósito do ajuste a ser celebrado, bem como abordem os principais elementos de decisão que subsidiaram a opção pela parceria. (Sugestão V.a.3)

Achado 5 – Exiguidade temporal entre a publicação dos Avisos de Abertura da Dispensa de Chamamento Público e o recebimento de propostas

Situação Encontrada

48. Conforme quadro a seguir, os prazos entre a publicação de Aviso de Dispensa de Chamamento Público e a apresentação da proposta foram exíguos, bem como ocorreram em dia não úteis e em horários não convencionais.

Quadro 2. Datas e prazos do Aviso de Dispensa e apresentação das propostas

	Local de publicação do Aviso	1º Aviso de Abertura de Dispensa de Chamamento Público	Recebimento das propostas	2º Aviso de Abertura de Dispensa de Chamamento Público	Recebimento das propostas
TC 01/2020	sítio da SEDES/DF	28/03/2020 – 18h30 (sábado)	até 12h do dia 29/03/2020 (domingo)	29/03/2020 – 19h10	entre 8h e 8h30 do dia 31/03/2020
	DODF	Edição Extra de 28/03/2020 (sábado)		Edição Extra de 30/03/2020	
TC 02/2020	sítio da SEDES/DF	14/04/2020 às 19h06	entre 17h e 17h30 do dia 15/04/2020	-	-
	DODF	Edição Extra do dia 14/04/2020		-	

Fonte: PT 01, item 4.3 do check list, e-DOC 9BE4CEE1; e-DOC E93EE009, pág. 368, 373, 427 e 434; e-DOC BD9D0050, pág. 373 e 375.

Manifestação

49. A Pasta reafirma que em razão da necessidade de implementar ações para mitigar o risco de contaminação e garantir a segurança socioassistencial da população em situação de rua com a maior brevidade possível, nas duas oportunidades em que foram publicados os Avisos de Abertura da Dispensa de Chamamento Público, foi deliberado pela fixação de prazo curto para a apresentação de propostas (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 4).

50. Assim, segundo a SEDES/DF, mesmo diante do prazo exíguo para apresentação das propostas, a Secretaria buscou informar o maior número de entidades possível sobre a divulgação dos Avisos, por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, sítio eletrônico da SEDES/DF, redes sociais e envio de e-mails (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 4).

51. Reiterou a Secretaria que historicamente tem tido dificuldade de operacionalizar Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, visto que não há um rol significativo de OSCs interessadas em prestar esse serviço (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 5).

52. Por sua vez, o Instituto ToCAR se manifestou sobre o tema em comento informando que o Termo de Colaboração foi firmado a partir da dispensa de chamamento público publicada no DODF em 28/03/2020 (peça 62, e-DOC E16B7E3E-c, pág. 4).

53. Assim, segundo o Instituto, após livre e pública concorrência, o plano de trabalho apresentado pela OSC logrou êxito, ocasionando a pactuação do TC 01/2020. Acrescentou em sua defesa que: 'não houve qualquer direcionamento ou protimésio ao INSTITUTO TOCAR, o qual seguiu, de forma rígida e indiscutível, todos os procedimentos e requisitos legais e procedimentais para tornar-se apta para firmar o TC 01/2020.' (peça 62, e-DOC E16B7E3E-c, pág. 4/5).

Análise



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

54. Ainda que a SEDES/DF tenha encaminhado e-mails para as OSCs informando acerca da Dispensa de Chamamento, bem como publicado o Aviso em suas redes sociais, verifica-se que a divulgação da primeira Dispensa de Chamamento Público ocorreu em dia não útil, sábado, bem como, foi exigido que os planos de trabalhos fossem apresentados num domingo. Além disso, o tempo entre os procedimentos foi excessivamente exíguo, menos de 12h entre a publicação do Aviso de Dispensa e o prazo para apresentação das propostas.

55. Ressalta-se que a transparência processual, a adequada publicação dos atos com prazos razoáveis entre a publicação e o recebimento das propostas, a não restrição à competitividade na seleção e o respeito a isonomia da seleção devem ser cumpridos pela administração, mesmo que em face de urgência e celeridade de celebração de parcerias.

56. Nesse sentido, sugere-se **alertar** à SEDES/DF que, doravante, em Dispensas de Chamamento Público cumpra o previso no § 2º, art. 24 da Lei 13.019/2014, não admitindo ou incluindo, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo. (**Sugestão V.a.2**).

Achado 6 – Falhas na definição dos critérios de seleção (TC 01/2020)

Situação Encontrada

57. O item 15 da Nota Técnica 11/2020 da SUBSAS estabeleceu os seguintes critérios para seleção da OSC que levou à celebração do TC 01/2020:

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

15.1. Havendo mais de uma organização da sociedade civil interessada na formalização desta parceria, terá prioridade a proponente que, na seguinte ordem:

15.1.1. A que apresentar o menor prazo para instalação plena da capacidade de atendimento da meta prevista no item 6 desta Nota Técnica;

15.1.2. A que apresentar infraestrutura compatível com os itens previstos na Planilha constante do item 16 desta Nota Técnica; e,

15.1.3. A que apresentar o menor valor global da parceria.

Fonte: e-DOC E93EE009, pág. 341

58. Assim, o critério 'menor prazo para instalação plena da capacidade de atendimento da meta' foi preponderante em relação ao critério menor valor global da parceria.

59. Conforme apontado pela Procuradoria-Geral do DF, a diferença entre as propostas apresentadas no quesito tempo foi de poucos dias, porém a variação de preços foi relativamente alta, conforme apresentado no quadro a seguir (e-DOC E93EE009, pág. 853).

(...)

Manifestação

60. A SEDES/DF explicou que, na oportunidade em que foram estabelecidos os critérios de seleção do primeiro aviso de dispensa de chamamento, a gestão da Secretaria, diante da necessidade de instalação urgente do serviço, decidiu que o prazo de instalação naquele momento se sobrepunha ao valor global proposto (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 5).

61. Prosseguindo nas considerações, a Pasta informou que após a celebração do TC 01/2020, os gestores da parceria, revisaram o plano de trabalho a fim de reduzir ao máximo os custos envolvidos na execução da parceria, o que possibilitou, inclusive, a prorrogação da parceria por 30 dias sem que houvesse alteração do valor global inicialmente pactuado (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 5).



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Análise

62. Em que pese as urgências apontadas pela Pasta para motivação da preponderância de tempo em relação ao valor para seleção de parceira do TC 01/2020, a metodologia que foi adotada, para instalação do alojamento provisório da Ceilândia, que também demandava urgências, demonstrou a possibilidade em se ponderar, de forma mais adequada, a relação entre o prazo de instalação e o valor global da proposta.

63. As **falhas na definição dos critérios de seleção impactaram negativamente no julgamento objetivo das propostas referentes ao TC 01/2020**, resultando na **celebração da parceria por valor global menos vantajoso para a Administração**, visto que para a escolha da proposta não foi realizada uma avaliação conjugada que considerasse, de modo ponderado, tanto o critério 'prazo de instalação' quanto o critério 'valor global da proposta'.

64. Tendo em vista que no decorrer da execução da parceria a SEDES/DF buscou revisar os valores do plano de trabalho, com finalidade de reduzir os custos envolvidos na execução do objeto, conforme será melhor detalhado no Achado a seguir, sugere-se **alertar** a Pasta de que em futuras Dispensas de Chamamento Público inclua, na metodologia de pontuação e pesos para julgamento das propostas, critérios de seleção que estimulem a apresentação de propostas economicamente vantajosas para a Administração Pública. **(Sugestão V.a.4).**

65. Por fim, tendo em vista as irregularidades apresentadas no que tange às fases de planejamento e divulgação das Dispensas de Chamamento Público que levaram aos ajustes dos TC 01/2020 e TC 02/2020, bem como as falhas na etapa de seleção da entidade parceira do TC 01/2020, conforme constam dos **Achados 01 a 06** desta Informação, propõe-se **autorizar a audiência** do nominado na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69), para que, no prazo de 30 dias, apresente suas Razões de Justificativa em razão das irregularidades ali apontadas (**falhas na fase de planejamento, divulgação e seleção das Dispensas de Chamamento Públicos** que levaram aos ajustes do TC 01/2020 e TC 02/2020), tendo em vista a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, II e III, da Lei Complementar 01/1994. **(Sugestão IV.b)**

Achado 7 – Valores executados para instalação da estrutura acima do custo estimado
Situação Encontrada

66. A análise do processo do TC 01/2020 confirmou as informações apresentadas pela Deputada Distrital Júlia Lucy acerca de irregularidades ocorridas na fase de cotação de despesas para montagem da estrutura física do serviço (peça 11, e-DOC 3B097E26).

67. Verificou-se que a **Planilha Comparativa de Preços** elaborada pela da Gerência de Compras da SEDES/DF apresentava **erros**. Havia itens cotados com base em preços de aquisição, tais como: camas, travesseiros, roupeiro, ventiladores, mesa de escritório, impressora, computadores, entre outros, porém, foram apresentados na Planilha com valores triplicados, tendo em vista a previsão de locação e não de aquisição, aumentando assim o valor estimado global da parceria (e-DOC E93EE009, pág. 326/333).

68. Além disso, a análise realizada entre os valores estimados pela SEDES/DF e os valores apresentados pelo Instituto ToCar demonstrou que a execução do **TC 01/2020 apresentou custos acima do estimado** para 17 dos 26 itens elencados pela SEDES/DF (PT 02, e-DOC 5687C0D2).

69. Também, identificou-se que não constam nos autos do TC 01/2020 documentos que demonstrem que a SEDES/DF realizou exame de compatibilidade dos custos indicados no Plano de Trabalho com os valores praticados no mercado. Além disso,



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

consta na Nota Técnica 5/2020 da Coordenação de Proteção Social Especial, sugestão para que as áreas competentes da SEDES/DF realizassem a apreciação dos valores aprovados para celebração do TC 01/2020 (e-DOC E93EE009, pág.1723).

70. Em relação aos Planos de Trabalho apresentados pela Instituição Mãos Solidárias, TC 02/2020, verificou-se que em 8 dos 26 itens necessários para instalação da estrutura, os custos executados ficaram acima dos valores estimados pela SEDES/DF. Além disso, não foi possível identificar a condição de 9 itens, se foram locados ou adquiridos (PT 02, e-DOC 5687C0D2).

Manifestação

71. A SEDEST/DF confirmou que houveram falhas na elaboração da pesquisa de preços, e dessa forma, informou que solicitará ao 'Instituto Tocar e à Associação Beneficente Cristã Mãos Solitárias os Relatórios de Execução Financeira dos Termos de Colaboração n.º 1 e 2/2020, respectivamente, a fim de realizar o exame de compatibilidade dos custos, por meio de nova pesquisa de preços, e submeter o processo à análise da Gerência de Prestação de Contas desta Secretaria para verificação da regularidade da aplicação dos recursos transferidos' (peça 58, e-DOC 066C33BB, pág. 5).

72. O Instituto Tocar se posicionou no sentido de que o teto estimado para realização do projeto era de R\$2.752.046,13. Frente a isso, o Instituto apresentou o plano de trabalho com finalidade de atender às exigências previstas na seleção (peça 62, e-DOC E16B7E3E, pág. 5).

73. Destacou ainda o Instituto que o projeto desenvolvido é inovador e necessitou ser adequado às urgências apresentadas pela pandemia de COVID-19. Concluiu informando que após as adequações que foram necessárias, o Instituto, 'com total anuência da SEDES, ajustou o plano de trabalho, com a proposta de valor global e tempo de mobilização estrutural, dentro das exigências do interesse público, resultando, assim, na pactuação Termo de colaboração emergencial nº 01/2020, bem como seus aditivos, sendo estes totalmente exitosos.' (peça 62, e-DOC E16B7E3E, pág. 5).

74. Por sua vez, a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias apresentou esclarecimentos e documentos acerca dos valores efetivamente pagos nos oito itens que apresentaram sobrepreços e dos nove itens que estavam ausentes de dados sobre aquisição/locação (peça 63, e-DOC 936205BF, pág. 2). 75. Em resumo, a Associação Cristã informou que:

a) Banheiro; estações de banho; tenda galpão; tenda piramidal; tapume; grades de delimitação; sala de equipe técnica; sala de coordenação e sala de equipe de trabalho: todos os itens foram locados (peça 63, e-DOC 936205BF, pág. 2);

b) Sala de equipe técnica e sala de coordenação: o custo de locação desses containers ficou acima do valor estimado tendo em vista as especificações contidas na Nota Técnica 15/2020, a qual previu utilização de containers com exatas dimensões de 6,00 x 2,44 x 2,59. À época, a Entidade localizou apenas um fornecedor que atendia as exigências da SEDES/DF, o qual localiza-se em Goiânia/GO. Apesar de reunião da Entidade com a SEDES/DF, visando alteração nas dimensões dos containers para tamanhos mais usuais do mercado, de forma a possibilitar a contratação por valores mais competitivos, a Secretaria negou a solicitação. Assim, os containers foram alugados de modo a atender as especificações da Nota Técnica 15/2020, sendo que além do aluguel foram dispendidos gastos com transporte e instalação dos espaços, os quais apresentaram valores mais altos do que os estimados pela administração (peça 63, e-DOC 936205BF, pág. 3/5);

c) Tenda Galpão: devido a pandemia do COVID-19 e a necessidade de instalação de hospitais de campanha, sobretudo no DF, Goiás e Minas Gerais, o item sofreu uma demanda exponencial. Assim, segundo a Associação, houve um aumento extraordinário



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

do valor de locação da respectiva tenda. A OSC informou que comunicou a SEDES/DF sobre os valores elevados do item a qual aprovou a execução da locação no valor mensal de 20.000,00 (peça 63, e-DOC 936205BF, pág. 5/6);

d) Material elétrico: tendo em vista a impossibilidade técnica de utilização da rede de alimentação elétrica do Estádio Abadião, foi necessário adquirir e instalar equipamentos para modular a energia da rede pública para suprir a demanda de energia do alojamento além do previsto na Nota Técnica 15/2020 e acordado no TC 02/2020, sendo que o fato foi comunicado à SEDES/DF a qual aprovou as despesas adicionais (peça 63, e-DOC 936205BF, pág. 6/7);

e) Computador, máquina de lavar, geladeira, microondas: as variações de valores entre o custo estimado e o executado, segundo a Associação, decorrem das oscilações dos preços de mercado durante a situação da pandemia do COVID-19, exorbitando a esfera de responsabilidade da OSC (peça 63, e-DOC 936205BF, pág. 7/8).

76. Por fim, a Associação Mãos Solidárias pontuou que ‘apesar das adversidades e dos imprevistos acima elencados, não houve prejuízo algum na execução do objeto do contrato, nem sequer ocorreram dispêndios superiores aos custos previstos pela SEDES/DF, que porventura permitissem a constatação de prejuízo aos cofres públicos na execução do TC 02/2020’ (peça 63, e-DOC 936205BF, pág. 7/8).

Análise

77. Conforme ratificado pela Jurisdicionada, a pesquisa de preços elaborada pela Gerência de Compras da SEDES/DF, denominada Planilha Comparativa de Preços, apresentou erros. Análise dos valores demonstra que as falhas ocorridas na elaboração da Planilha elevaram o valor estimado global do ajuste em pelo menos R\$ 319.707,28, conforme apresentado no quadro a seguir:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Quadro 4. Recálculo da Planilha Comparativa de Preços da SUAG

Item conforme Planilha	Itens	QTD (A)	Valor unitário estimado (B)	Valor total para aquisição do item (A*B)	Valor estimado na Planilha com erro
4	Cama	220	R\$ 312,53	R\$ 68.756,60	R\$ 206.269,80
5	Travesseiro	220	R\$ 30,33	R\$ 6.672,60	R\$ 20.017,80
6	Jogo de Cama	440	R\$ 23,33	R\$ 10.265,20	R\$ 30.795,60
7	Roupeiro	50	R\$ 398,40	R\$ 19.920,00	R\$ 59.760,00
12	Mesa plástica com 4 cadeiras	50	R\$ 12,00	R\$ 600,00	R\$ 1.800,00
13	Mão de obra para montagem hidráulica	1	R\$ 2.051,28	R\$ 2.051,28	R\$ 6.153,84
14	Material para montagem hidráulica	1	R\$ 2.051,28	R\$ 2.051,28	R\$ 6.153,84
15	Mão de obra elétrica	1	R\$ 2.189,27	R\$ 2.189,27	R\$ 6.567,81
16	Material elétrico	1	R\$ 2.189,27	R\$ 2.189,27	R\$ 6.567,81
17	Suporte para galão de água	50	R\$ 53,30	R\$ 2.665,00	R\$ 7.995,00
19	Ventiladores	50	R\$ 99,16	R\$ 4.958,00	R\$ 14.874,00
23	Mesa escritório	12	R\$ 298,97	R\$ 3.587,64	R\$ 10.762,92
24	Cadeiras de recepção	24	R\$ 83,23	R\$ 1.997,52	R\$ 5.992,56
25	Computador com monitor	4	R\$ 1.192,63	R\$ 4.770,52	R\$ 14.311,56
26	Impressora	2	R\$ 950,30	R\$ 1.900,60	R\$ 5.701,80
29	Máquinas de Lavar	5	R\$ 1.342,95	R\$ 6.714,75	R\$ 20.144,25
30	Secadora	5	R\$ 1.583,66	R\$ 7.918,30	R\$ 23.754,90
32	Faixa de identificação	1	R\$ 367,33	R\$ 367,33	R\$ 1.101,99
34	Cadeado	220	R\$ 9,12	R\$ 2.006,40	R\$ 6.019,20
35	Geladeira	3	R\$ 2.246,36	R\$ 6.739,08	R\$ 20.217,24
36	Microondas	3	R\$ 511,00	R\$ 1.533,00	R\$ 4.599,00
TOTAL				R\$ 159.853,64	R\$ 479.560,92

Fonte: e-DOC E93EE009, pág. 326/333

78. Em que pese ter ocorrido a celebração do TC 01/2020 com base em estimativa com valores triplicados, a irregularidade foi detectada pelas gestoras de parceria, sendo solicitada a **revisão de todo o planejamento orçamentário ao Instituto Tocar** (e-DOC E93EE009, pág. 1026/1032).

79. Conforme descrito no Achado 9, o Instituto Tocar apresentou nova planilha de custos o que levou a **readequação do valor global da parceria**, para 90 dias, de R\$ 2.394.837,70, para R\$ 1.813.582,19, ou seja, uma redução de R\$ 581.255,51 (e-DOC E93EE009, pág. 1221/1247).

80. Porém, **apesar da aprovação do novo Plano de Trabalho** pelas gestoras de parceria, Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento, (e-DOC E93EE009, pág. 1206), verificou-se que **não houve a formalização de Termo Aditivo acerca da recomposição e da redução do custo global do ajuste**.

81. A SEDES/DF, neste momento, informou que para a repactuação dos valores, a parceria foi renovada por 30 dias, sem alterações do valor global inicialmente ajustado, conforme Primeiro Termo Aditivo ao TC 01/2020 (peça 58, eDOC 066C33BB-c, pág. 6).

82. Apesar de a Pasta afirmar que o Primeiro Termo Aditivo visava sanar o erro ocorrido na Planilha Comparativa de Preços, verifica-se que as medidas adotadas pela SEDES/DF não observaram os valores aprovados pela Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento, e não proporcionaram a devida redução do valor global dispendido no TC 01/2020 e a economia de recursos públicos pretendida. Os quadros a seguir evidenciam o ocorrido:

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Quarta Procuradoria**Quadro 5-A. Valores ajustados no TC 01/2020**

Descrição	Período (A)	Valor Total para o período (B)	Valor para 30 dias (B/A)
Termo de Colaboração 01/2020 ¹⁸	90 dias	(I) R\$ 2.394.837,70	R\$ 798.279,23
Readequação do valor global da parceria conforme Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento ¹⁹	90 dias	(II) R\$1.813.582,19	R\$ 604.527,40
Economia de recursos que deveria ser gerada com a readequação do valor global da parceria com base na Nota Técnica 5/2020	90 dias	(I) – (II) = R\$581.255,51	R\$193.751,84
1º Termo Aditivo ²⁰	30 dias	0,00	0,00

2º Termo Aditivo ²¹	60 dias	R\$ 945.081,06	R\$ 472.540,53
3º Termo Aditivo ²²	3 meses	R\$ 1.417.621,59	R\$ 472.540,53

Fonte. Processo SEI-GDF 00431-00004214/2020-91, e-DOC E93EE009

Quadro 5-B. Valores ajustados no TC 01/2020

Descrição	Período (A)	Valor Total para o período (B)	Valor para 30 dias (B/A)	Valor após revisão da SEDES (C)	Prejuízo (B) – (C)
Termo de Colaboração 01/2020 ²³	90 dias	R\$ 2.394.837,70	R\$ 798.279,23	R\$1.813.582,19*	R\$ 581.255,51
1º Termo Aditivo ²⁴	30 dias	0,00	0,00	R\$ 472.540,53	R\$ - 472.540,53
2º Termo Aditivo ²⁵	60 dias	R\$ 945.081,06	R\$ 472.540,53	R\$ 945.081,06	R\$ 0,00
3º Termo Aditivo ²⁶	3 meses	R\$ 1.417.621,59	R\$ 472.540,53	R\$ 1.417.621,59	R\$ 0,00
Prejuízo Total					R\$ 108.714,98

Fonte. Processo SEI-GDF 00431-00004214/2020-91, e-DOC E93EE009

* Readequação do valor global da parceria conforme Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento²⁷

83. Conforme quadro acima, na revisão do planejamento orçamentário as gestoras de parceria, junto à OSC, acordaram em revisar o valor da parceria com uma previsão de economia de recursos públicos no valor de R\$ 581.255,51. Por conseguinte, as renovações da parceria (Segundo e Terceiro Termos Aditivos do TC 01/2020) custaram aos cofres públicos o montante de R\$ 472.540,53 mensais.

84. Assim, é possível afirmar que o custo real do Primeiro Termo Aditivo foi da ordem de R\$ 472.540,53, ficando, portanto, abaixo do valor inicialmente revisado pelas gestoras de parcerias e pela OSC. Ou seja, em que pese a Pasta afirmar que o Primeiro Termo Aditivo foi formalizado com finalidade de sanar o erro ocorrido na Planilha Comparativa de Preços, a falta da adequada formalização de Termo Aditivo ao TC 01/2020, com base na Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento, trouxe **possível dano ao erário** da ordem de pelo menos **R\$ 108.714,98**.

85. Tendo em vista que o dano aos cofres públicos tem por causa inicial os erros da Planilha Comparativa de Preços, **propõe-se autorizar a audiência** dos nominados na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69), para que, no prazo de 30 dias, apresentem suas Razões de Justificativa em razão da **irregularidade** ali apontada (**elevação do valor estimado global do ajuste por motivo de erros na Planilha Comparativa de Preços**), tendo em vista a possível conversão em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar 01/1994 e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma. (**Sugestão IV.a**)

86. Quanto a execução do objeto com custos acima do estimados nos TC 01/2020 e TC 02/2020, verifica-se que as informações apresentadas pelo Instituto ToCar, TC 01/2020, não alteraram a situação apresentada no que tange a realização de despesas acima do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

valor estimado para 17 dos 26 itens elencados pela SEDES/DF, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 6. Valor total estimado versus valor total executado por item do TC 01/2020

	Itens para Instalação da Estrutura do Serviço	Quantidade	Condição do item conforme pesquisa de preços	Valor estimado para 6 meses R\$ (A)	TC 01			
					Quantidade executada	Condição do item	Valor executado R\$ (B)	% (B/A)-1
1	Banheiros	5	locação	189.000,00	15	locado	67.500,00	-64%
2	Estações de banho	5	locação	81.932,40	12	locado	64.800,00	-21%
3	Dormitório	50	locação	849.321,00	50	locado	323.234,00	-62%
4	Cama	200	aquisição	62.506,00	220	locado	98.999,98	58%
5	Armário	50	aquisição	19.920,00	50	locado	25.200,02	27%
6	Tenda galpão	1	locação	77.697,00	1	locado	189.000,00	143%
7	Tenda piramidal	2	locação	23.453,28	2	locado	81.400,00	247%
8	Tapume	350	locação	73.500,00	350	locado	38.000,00	-48%
9	Grades de delimitação	750	locação	63.135,00	750	locado	40.600,00	-36%
10	Mão de obra para montagem hidráulica	1	aquisição	12.307,68	1	adquirido	20.148,44	64%
11	Material para montagem hidráulica	1	aquisição	12.307,68	1	adquirido	21.376,77	74%
12	Mão de obra elétrica	1	aquisição	13.135,62	1	adquirido	32.664,85	149%
13	Material elétrico	1	aquisição	13.135,62	1	locado	56.730,23	332%
14	Suporte para galão de água	50	locação	5.329,80	7	adquirido	175,00	-97%
15	Ventiladores	50	aquisição	4.958,00	50	locado	24.300,00	390%

	Itens para Instalação da Estrutura do Serviço	Quantidade	Condição do item conforme pesquisa de preços	Valor estimado para 6 meses R\$ (A)	TC 01			
					Quantidade executada	Condição do item	Valor executado R\$ (B)	% (B/A)-1
16	Sala equipe técnica	1	locação	13.088,70	1	locado	7.500,00	-43%
17	Sala da coordenação / administração	1	locação	13.088,70	*	*	R\$ 0,00	-100%
18	Sala da equipe de trabalho	4	locação	52.354,80	*	*	R\$ 0,00	-100%
19	Mesa escritório	12	aquisição	3.587,64	12	locado	3.672,00	2%
20	Cadeira de recepção	24	aquisição	1.997,52	24	locado	3.672,00	84%
21	Computador com monitor	4	aquisição	4.770,52	4	locado	11.880,00	149%
22	Impressora	2	aquisição	1.900,60	2	locado	9.612,00	406%
23	Máquinas de Lavar	5	aquisição	6.714,75	5	locado	26.100,14	289%
24	Secadora	5	aquisição	7.918,30	5	locado	24.300,00	207%
25	Geladeira	3	aquisição	6.739,08	3	locado	10.800,00	60%
26	Micro ondas	3	aquisição	1.533,00	3	locado	2.700,00	76%

Fonte: PT 02, e-DOC 5687C0D2

* não consta o item do Plano de Trabalho apresentado à página 1802, porém consta o item no primeiro Plano de Trabalho aprovado pela SEDES/DF, pág. 671, e-DOC E93EE009.

87. Por outro lado, os esclarecimentos e documentos apresentados pela Associação Mãos Solidárias, TC 02/2020, informam que todos os nove itens que apresentavam pendências foram locados. Além disso, a OSC confirmou que em oito itens, dos 26 acordados com a SEDES/DF, realizou-se despesas com valores acima do estimado, conforme valores apresentados na Informação 71/2020-DIASP2, Quadro 5 (e-DOC 42254307-e, pág. 24). A Associação encaminhou as Notas Fiscais dos gastos realizados, bem como esclareceu que foi dada ciência a SEDES/DF sobre os dispêndios que seriam realizados com custos acima dos valores acordados.



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

88. Assim, considerando que no **TC 02/2020** houve **despesas realizadas com valores acima do estimado**, configurando, portanto, **indícios de irregularidades**, sugere-se que seja **determinado à SEDES/DF** que **notifique a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias, para que apresente o Relatório de Execução Financeira**, de acordo com o previsto no art. 62 do Decreto 37.843/2016, e proceda à **análise e ao julgamento das prestações de contas** referente ao TC 02/2020, nos termos dos arts. 63 e 67 a 70 do Decreto 37.843/2016, **dando conhecimento a esta Corte de Contas**, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca das ações implementadas. (**Sugestão III.b**)

89. Igualmente, no que tange ao **TC 01/2020**, tendo em vista que o ajuste foi finalizado e que há **indícios da existência de irregularidades que podem ter gerado dano ao erário**, por motivo de **execução de despesas acima do valor ajustado** com a administração pública, sugere-se que seja **determinado à SEDES/DF** que **notifique, imediatamente, o Instituto Tocar para que apresente o Relatório de Execução Financeira**, o qual deverá conter as informações e documentos elencados no art. 62 do Decreto 37.843/2016. (**Sugestão III.c**)

90. Destaca-se que:

a) a SEDES/DF celebrou, em 2021, novo Termo de Colaboração com o Instituto Tocar, TC 01/2021, cujo objeto é a implantação, execução e manutenção do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, na modalidade Casa de Passagem, com valor global previsto de R\$ 10.600.137,3629;

b) o passivo de prestações de contas pendentes de análise pela SEDES/DF é crescente, bem como a Pasta não tem cumprido o prazo de 150 dias previsto pelo art. 67 do Decreto 37.843/2016 pra conclusão das análises de prestações de contas das parcerias;

91. Nesse sentido, em que pese o Decreto 37.483/2016 não vedar a realização de nova parceria com OSC que aguarda a análise de suas prestações de contas (art. 67, §2º, inciso I), bem como não prever prazos para a inclusão de prestações de contas em rito de urgência, a norma não veda tal celeridade, assim, entende-se necessário que a Pasta priorize a análise das prestações de contas desta entidade, tendo em vista o risco de reincidência nas irregularidades apontadas nesta instrução durante a execução da nova parceria.

92. Dessa forma, sugere-se que seja **determinado à SEDES/DF** que, em relação ao TC 01/2020, realize: i) a análise do relatório de execução financeira, mediante parecer técnico, de acordo com o previsto no art. 63 do Decreto 37.843/2016; ii) a análise e julgamento das prestações de contas do Instituto Tocar, referente ao TC 01/2020, nos termos dos arts. 67 a 70 do Decreto 37.843/2016, **dando conhecimento a esta Corte de Contas**, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca dos resultados. (**Sugestão III.d**)

93. Além disso, considerando que o Termo de Colaboração 01/2020 estabelece que os bens adquiridos serão de titularidade da Administração, bem como que a parceria foi finalizada e não constam dos autos informações acerca dos bens entregues pelo Instituto Tocar à SEDES/DF, sugere-se **determinar à Pasta** que apresente à esta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, relação dos bens incorporados pela Administração Pública originários do TC 01/2020. (**Sugestão III.a.2**)

94. Por fim, quanto a ausência de exame de compatibilidade de custos indicados no Plano de Trabalho com os valores praticados no mercado do TC 01/2020, deixando assim a SEDES/DF de cumprir com o exigido no §3º do art. 28 do Decreto 37.843/2016, art. 23, parágrafo único, inciso IV da Lei 13.019/2014 e art. 26, inciso IV da Portaria 290/2017, propõe-se **autorizar audiência** dos nominados na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69), para que, no prazo de 30 dias, apresentem suas Razões de Justificativa em razão da irregularidade ali apontada (ausência do exame de compatibilidade de custos do TC 01/2020 com os valores praticados no mercado), tendo em vista a possível conversão em Tomada de Contas



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Quarta Procuradoria

Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994 e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma. (Sugestão IV.a)

Achado 8 – Valores pagos por pessoa atendida acima do valor de referência**Situação Encontrada**

95. Análise entre a estimativa de preços da Instalação da Estrutura somada ao valor mensal pago por pessoa atendida dos TC 01/2020 e 02/2020, demonstrou que o gasto por acolhido do TC 01/2020, até setembro de 2020, foi 11% acima do que é previsto na Portaria 290/2017, ou seja, foram realizadas despesas por acolhido, por mês, no valor de R\$ 1.796,26, enquanto o valor limite na Portaria é de R\$ 1.620,73.

Quadro 7. Execução das despesas dos TC 01/2020 e TC 02/2020

Total estimado para execução do objeto conforme critério da Nota Técnica 15/2020 versus valores executados nos TC 01/2020 e 02/2020				
	Valor estimado para 6 períodos	Valor executado no TC 01/2020 (pág. 1818)	Valor estimado para 5 períodos	Valor executado no TC 02/2020 (pág. 1020)
Estrutura Física	R\$ 1.615.332,69	R\$ 1.184.365,43	R\$ 1.366.534,81	R\$ 922.157,73
Demais gastos (R\$ 1.620,73 mês/pessoa)	R\$ 1.944.876,00	R\$ 2.155.532,44	R\$ 1.620.730,00	R\$ 1.585.903,04
Total	R\$ 3.560.208,69	R\$ 3.339.897,87	R\$ 2.987.264,81	R\$ 2.508.060,77
Percentual valor estimado versus executado		-6%		-16%
Valor da despesa por pessoa/mês		R\$ 1.796,28		R\$ 1.585,90
Valor limite de gastos por pessoa conforme Portaria 290/2017		R\$ 1.620,73		R\$ 1.620,73
Percentual do gasto por pessoa previsto versus executado		11%		-2%

Fonte: PT 02, e-DOC 5687C0D2

Manifestação

96. A SEDEST/DF informou que o valor de referência para o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional foi estabelecido inicialmente no valor de R\$ 1.386,00. Esclareceu a Pasta que apesar do valor ter sido reajustado em duas ocasiões, 2016 e 2018, estando atualmente fixado em R\$ 1.620,73, 'o referido valor se encontra defasado em aproximadamente 23,78%, se considerada a inflação do período de maio de 2013 a fevereiro de 2020'. Segundo a Pasta, atualizando o valor de referência pelo IPCA de maio de 2013 a fevereiro de 2020, ter-se-ia um valor de referência de R\$ 2.006,13 (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 6).

97. Observou ainda a jurisdicionada que 'mesmo considerando apenas a variação inflacionária da última correção do valor de referência promovida pela Portaria Sedestmidh n.º 212/2018 até fevereiro de 2020, o valor de referência deveria estar fixado em R\$ 1.747,21' (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 6).

98. Por fim, a Pasta ressaltou que desde novembro de 2019 a Secretaria tem buscado pela 'atualização dos valores de referência, visto que tais valores se encontram defasados, o que, inclusive, culmina no desinteresse das organizações da sociedade civil em prestar o Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias. Entretanto, devido às restrições orçamentárias a que a Sede está exposta, até o momento não foi possível viabilizar a recomposição dos valores' (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 6).

99. Registra-se que o Instituto Tocar e a Associação Beneficente Mãos Solidárias não se pronunciaram a cerca deste Achado.

Análise

100. Verifica-se que em seu posicionamento a Jurisdicionada não refutou os cálculos realizados pela equipe técnica dessa Corte de Contas, confirmando, portanto, que os valores pagos por pessoa atendida na execução da parceria do TC 01/2020 foram



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

acima do limite estipulado pela Pasta, havendo indícios de irregularidades que podem ter gerado dano ao erário.

101. Apesar de a Secretaria apresentar em sua defesa questões relacionadas com a defasagem e a desatualização do valor de referência para o Serviço, verifica-se que o teto previsto no Anexo I da Portaria 290/2017 foi a referência utilizada pela SEDES/DF para: a) a estimativa do valor global da Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 02/2020, conforme depreende-se da Nota Técnica 15/2020 – SEDES/SEADS/SUBSAS (e-DOC BD9DD0050, pág. 364); b) pagamentos à Associação Mãos Solidárias pela execução do objeto acordado no TC 02/2020, não sendo o valor atualizado pelo IPCA, nem mesmo pelo valor previsto na Portaria 212/2018; c) a estimativa do teto global de despesa do Edital de Chamamento Público 02/202031, de 05/10/2020, o qual tem por objeto a implantação, execução e manutenção do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, na modalidade Casa de Passagem, utiliza como valor de referência, mensal, por vaga, o previsto na Portaria 290/2017.

102. Assim, **não é possível acolher os argumentos da Pasta** de que os valores que foram pagos mensalmente por pessoa no âmbito dos TC 01/2020 e TC 02/2020 estão desatualizados.

103. Nesse sentido, sugere-se **determinar** à SEDES/DF que referente ao TC 01/2020: a) notifique, imediatamente, o Instituto Tocar para que apresente o Relatório de Execução Financeira, o qual deverá conter as informações e documentos elencados no art. 62 do Decreto 37.843/2016; b) realize: i) a análise do relatório de execução financeira, mediante parecer técnico, de acordo com o previsto no art. 63 do Decreto 37.843/2016; ii) a análise e julgamento das prestações de contas do Instituto Tocar, referente ao TC 01/2020, nos termos dos arts. 67 a 70 do Decreto 37.843/2016, dando conhecimento a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca dos resultados. (Sugestões III.c; III.d)

Achado 9 - Ausência de formalização da redução do custo global da parceria do TC 01/2020

Situação Encontrada

104. Conforme apresentado no Achado 07, tendo em vista que a Planilha Comparativa de Preços da Gerência de Compras da SEDES/DF foi elaborada com erros, o TC 01/2020 foi ajustado com base em valores com sobrepreços. Essa irregularidade foi detectada pelas gestoras de parceria, sendo então solicitada ao Instituto Tocar a revisão de todo o planejamento orçamentário, conforme extratos da Nota Técnica 2/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento apresentados a seguir: (e-DOC E93EE009, pág. 1026/1032)

Considerando que diversos itens que se caracterizam como bens permanentes constantes do plano de trabalho vigente e da proposta foram possuir custos superiores ao praticado no mercado, haja vista que o valor previsto para um mês de aluguel seria o suficiente para aquisição permanente dos bens, solicitamos que seja informado o porquê do sobre preço e se tais itens foram alugados ou adquiridos (arquivo, máquinas de lavar e secar, camas, armários, mesas plásticas com 4 cadeiras, divisórias, tapumes, máquinas de secar, jogo de cama, roupeiro, ventiladores, mesa de escritório, cadeira de recepção, computador com monitor, impressora multifuncional, geladeira, microondas etc).

Por fim, informamos que a redução do valor global da parceria se dará muito mais pelo dimensionamento equivocado dos itens por parte desta Secretaria [3] do que por efetiva redução de custos pela parceria. Chegamos a essa conclusão, pois, mesmo sem a eventual alteração do plano de trabalho, com base nas informações prestadas na proposta sobre a execução das despesas do primeiro período, os recursos necessários à execução da parceria seria na ordem de pouco mais 75%

Fonte. Nota Técnica 2/2020- SEDES/SEADS/SUBSAS/CPSE/DISA, e-DOC E93EE009, pág. 1031

105. O Instituto Tocar, atendendo à solicitação das Gestoras de Parceria, apresentou nova planilha de custos, na qual há diversas alterações aprovadas pela SEDES/DF. Na



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

recomposição de itens e preços o custo do serviço global foi readequado para R\$ 1.813.582,19, ou seja, redução de 24% em relação ao valor inicialmente acordado, R\$ 2.394.837,70 (e-DOC E93EE009, pág. 1221/1247).

106. Em que pese a redução dos valores por parte da parceira, bem como informação das gestoras sobre a economia de recursos públicos (e-DOC E93EE009, pág. 1206), não consta dos autos Termo Aditivo formalizando a recomposição e a redução do custo global da parceria.

Manifestação

107. A SEDES/DF informou que após diversos ajustes solicitados nas várias propostas apresentadas pelo Instituto Tocar, a parceria foi alterada por meio do Primeiro Termo Aditivo ao TC 01/2020, o qual prorrogou a parceria por trinta dias, sem alterações do valor global inicialmente pactuado (peça 58, e-DOC 066C33BBc, pág. 6).

108. Dessa forma, segundo a Pasta, o que de fato aconteceu foi que os valores resultantes dos trabalhos de revisão do Plano de Trabalho foram utilizados para suportar as despesas com a prorrogação da parceria por trinta dias, conforme se verifica no Plano de Trabalho vinculado ao Primeiro Termo Aditivo. Conclui a jurisdição afirmando que deveria ter melhor descrito a alteração promovida por meio da alteração da parceria (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 6).

Análise

109. Conforme detalhado no Achado 7 desta Instrução, a readequação do Plano de Trabalho aprovado pela Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento previa economia de recursos públicos da ordem de R\$ 581.255,51 (e-DOC E93EE009, pág. 1206, 1221/1247).

110. Por outro lado, as renovações da parceria, conforme valores do Segundo e Terceiro Termos Aditivos do TC 01/202, custaram aos cofres públicos o montante de R\$ 472.540,53 mensais.

*111. Assim, apesar da SEDES/DF afirmar que o Primeiro Termo Aditivo foi formalizado com finalidade de repactuar os valores ajustados inicialmente com sobrepreços, a falta da adequada formalização de Termo Aditivo ao TC 01/2020, com base na Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento, apresentou possíveis **dano ao erário da ordem de R\$ 108.714,98.***

*112. Nesse sentido, **propõe-se autorizar a audiência** dos nominados na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C-e, peça 69), para que, no prazo de 30 dias, apresentem suas Razões de Justificativa em razão da irregularidade ali apontada (ausência de formalização da redução do custo global da parceria do TC 01/2020), tendo em vista a possível conversão em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994 e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma. **(Sugestão IV.a)***

Achado 10 – Ausência de Atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Situação Encontrada

113. Não foram verificados nos autos dos TC 01/2020 e TC 02/2020 atuações da Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria SEDESTMIDH 257/2018.

114. Tendo em vista a relevância, materialidade e complexidade do objeto executado, verificou-se a necessidade de atuação preventiva e saneadora da referida Comissão, conforme previsto nos arts. 45 e 49 do Decreto 37.843/2016, bem como no que tange à homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, conforme exigido no art. 47 da referida norma.

Manifestação



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

115. A Secretaria de Desenvolvimento Social do DF informou que, nos termos do art. 5º, V, da Portaria SEDES 39/2020, em razão da pandemia, as visitas técnicas às OSCs para monitoramento e avaliação das parcerias foram suspensas, sem prejuízo das demais atividades de monitoramento e avaliação que possam ser realizadas remotamente. Nesse sentido, a Comissão se ateve às atividades passíveis de serem realizadas a distância, tais como análise de processos e emissão de despachos de homologação (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 7).

116. A Pasta ressaltou que a atual Comissão 'não se dedica exclusivamente às funções do colegiado, acumulando-as com as atribuições de suas unidades de lotação. Entretanto, já está em vias de ser publicada portaria que irá reformular e compor a comissão como profissionais que se dedicarão exclusivamente às atividades do colegiado' (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 8).

117. Por fim, a jurisdicionada asseverou que 'os relatórios técnicos emitidos pelas gestoras da parceria são reportes mensais do acompanhamento técnico realizado, não passíveis de homologação pela Comissão. Em regra, esta Secretaria determina aos gestores elaborem relatórios técnicos mensais e um relatório técnico de monitoramento e avaliação por exercício, e apenas este último que deverá ser submetido à homologação da comissão de monitoramento e avaliação' (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 8).

Análise

118. Conforme Manual MROSC/DF, na fase de execução da parceria, os principais atores envolvidos da Administração Pública são os gestores públicos, os gestores da parceria e a Comissão de Monitoramento e Avaliação. O Manual prevê ainda que cabe à Comissão além do acompanhamento das parcerias do órgão, a orientação aos gestores de parceria.

119. O Decreto 37.843/2016, art. 45, prevê que a **Comissão de Monitoramento e Avaliação deve atuar em caráter preventivo e saneador**. Sendo que o art. 49 do normativo permite que as ações de monitoramento e avaliação utilizem ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam a verificação do alcance de resultados da parceria.

120. Tais dispositivos e orientações combinadas com o previsto na Portaria SEDES 29/2020 indicam que, considerando as irregularidades ocorridas na execução dos Termos de Colaboração Emergenciais celebrados para atendimento à população em situação de rua, em especial quanto ao TC 01/2020, a Comissão de Monitoramento e Avaliação da SEDES/DF deveria ter atuado ao longo das execuções dos serviços objeto dos TC 01/2020 e TC 02/2020. Nesse sentido, **não prosperam os argumentos apresentados pela Pasta quanto a falta de atuação da Comissão ao logo de toda a execução do serviço**.

121. Tendo em vista que, conforme previsto nos artigos 47 e art. 68, inciso II, do Decreto 37.843/2016, as atividades de monitoramento e avaliação e, por conseguinte, a atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, permeiam a fase de prestação de contas, sugere-se **determinar** à SEDES/DF que exija da Comissão de Monitoramento e Avaliação atuação efetiva no acompanhamento: a) dos procedimentos realizados para análise da prestação de contas do TC 01/2020; b) da execução do serviço objeto do TC 02/2020, bem como na posterior análise da prestação de contas do Termo de Colaboração. **(Sugestão III.e)**

122. Por fim, quanto a acumulação de funções pelos integrantes da Comissão, conforme informado pela Pasta, verificou-se que foi publicada a Portaria 82, de 26 de novembro de 2020, a qual prevê dedicação exclusiva de alguns servidores às atribuições da Comissão.



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

123. Ressalta-se que a auditoria integrada, realizada em 2017, nos Serviços de acolhimento e proteção social prestados pela SEDES/DF, Processo TCDF 10.285/2017-e, noticiou aquela época que as atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação não estavam sendo realizadas por ausência de adequadas condições de trabalho.

124. Nesse sentido, a Corte de Contas, por meio da Decisão 4.328/2018, item VI.a.1, expediu recomendação à esta Pasta para que 'garanta condições adequadas para o funcionamento e o cumprimento das atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação (Achado 2)' (e-DOC F3D479A6). Assim, sugere-se **alertar** à SEDES/DF que cumpra a recomendação constante do item VI.a.1 da Decisão TCDF 4.328/2018, qual seja, garantir condições adequadas para o funcionamento e o cumprimento das atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação, esclarecendo que este aspecto será objeto de avaliação em futuro monitoramento no bojo do Processo 7.743/2020-e. (Sugestão V.b)

Achado 11 – Ausência de informações sobre a parceria no sítio da Associação Mãos Solidárias, TC 02/2020

Situação Encontrada

125. Verificou-se ausência de informações mínimas no sítio da Associação Mãos Solidárias sobre a Parceria celebrada com a SEDES/DF, objeto do TC 02/2020. A ausência de divulgação das parcerias celebradas com a administração pública é contrária ao previsto nos arts. 79 e 80 do Decreto 37.843/2016.

Manifestação

126. A SEDES/DF informou que, por meio do Ofício 276/2020, notificou a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias para que divulgasse em seu sítio eletrônico as informações referentes à parceria, conforme determina o art. 80 do Decreto 37.843/2016. Complementou ainda que, caso a parceira não providenciasse o atendimento da obrigação até 7/12/2020, os próximos repasses seriam retidos com base no art. 35, II e II, do Decreto n.º 37.843/2016 (peça 58, eDOC 066C33BB-c, pág. 6).

127. No tocante a este Achado, a Associação Mãos Solidárias, frisou que disponibilizou as informações que julgava de interesse por parte do público alvo da associação, tendo deixado de apresentar todos os dados da parceria, pois segundo a OSC, a SEDES/DF disponibiliza em sítio eletrônico todas as informações necessárias para a fiscalização e respectiva prestação de contas à população (peça 63, e-DOC 936205BF, pág. 8).

128. Porém, ressaltou a Associação que, em 10/09/2020, os dados da parceria foram disponibilizados em seu sítio eletrônico, por meio da inclusão do Termo de Colaboração 02/2020 na íntegra (peça 63, e-DOC 936205BF, pág. 8).

Análise

129. Sobre o tema em questão, ressaltam-se as orientações do Manual MROSC/DF:

4.1 Deveres de transparência

A Administração Pública e a OSC devem dar transparência ativa à parceria celebrada, contribuindo para o controle social. Assim, a Administração Pública deve divulgar na internet tanto a relação das parcerias celebradas, com indicação dos planos de trabalho, como os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos nas parcerias. A OSC parceira também deve divulgar na internet, nos locais visíveis de suas sedes sociais e nos estabelecimentos em que exerça ações, a relação das parcerias celebradas.

Ambas devem manter a divulgação da relação de parcerias até 180 dias após o término de vigência dos respectivos instrumentos de parceria, com, no mínimo, as seguintes informações:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

- data de assinatura, identificação do instrumento e do órgão ou entidade da Administração Pública responsável;
- nome da Organização da Sociedade Civil e seu número de inscrição no CNPJ;
- descrição do objeto da parceria;
- valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
- situação da prestação de contas da parceria, que deve informar a data prevista de apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para análise e o resultado conclusivo;
- valor da remuneração da equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e paga com recursos da parceria, com indicação das funções que seus integrantes desempenham e do valor previsto para o respectivo exercício. (grifou-se) Manual MROSC/DF, pág. 79

130. Consulta realizada no sítio da Associação demonstra que foram incluídas as informações acerca da parceria ajustada com a SEDES/DF para a realização de serviço de apoio e proteção à população em situação de rua, conforme demonstrado na figura a seguir.

Imagem 1. Informações constante do sítio da Associação Mãos Solidárias

SEDES DF – Termo de Colaboração Emergencial

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências com a finalidade de promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas de enfrentamento ao coronavírus.

Instrumental: Termo de Colaboração Emergencial No 02/2020 (3987233)

- Primeiro Termo Aditivo: 46948095
- Segundo Termo Aditivo: 48559070

Órgão da Administração Pública Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social **Data da Assinatura:** 12/05/2020

Nome da OSC: Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias, CNPJ: 05.488.350/0001-62

Objeto da Parceria: Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências a ser instalado na região administrativa de Ceilândia, cujo finalidade será promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas de enfrentamento ao coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, refeições e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas e, ainda, assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, e que será instalado na área de recuo do Estádio Regional de Ceilândia, situado na QNN 14 AE, Ceilândia - DF, pasta 0756/01, cedida a título precário, pela Administração Regional de Ceilândia.

Valor Total: R\$ 3.772.021,02 (Três milhões, setecentos e setenta e dois mil, vinte e um reais e dois centavos) **Valores Liberados:** R\$ 2.942.708,22

Data Prevista Para Apresentação da Prestação de Contas: 06/04/2021 **Planos de Trabalho e Valor da Remuneração da Equipe de Trabalho:**

- Plano de Trabalho do 1º, ao 90º, dia: 39254082
- Plano de Trabalho do 91º, ao 150º, dia: 44533225
- Plano de Trabalho do 151º, ao 240º, dia: 48308791

Termo de Colaboração	Termo de colaboração	Plano de trabalho revisado
Plano de trabalho para renovação 2 meses	Plano de trabalho para renovação 8 meses	Termo aditivo (Primeiro)
Termo aditivo (Segundo)	Termo aditivo (Terceiro)	

Fonte: Sítio da associação, <https://www.projetomaossolidarias.org.br/transparencia/>

131. Nesse sentido, a situação identificada no presente achado foi **regularizada** pela OSC.

Achado 12 – Atendimento parcial ao estabelecido no item II da Decisão TCDF 2.489/2020

Situação Encontrada

132. Pesquisas realizadas no sistema SISCOEX e notícias veiculadas pela SEDES/DF demonstraram que o Centro de Convivência Granja das Oliveiras, no Recanto das Emas, gerido pelo Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social, conforme TC 02/2018 e aditivos, passou a acolher, desde abril de 2020, 105 pessoas com a finalidade de oferecer alojamento temporário para pessoas em situação de rua.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

133. Assim, em que pese o item II da Decisão 2.489/2020 determinar a Jurisdicionada a disponibilização a essa Corte de Contas do acesso integral aos processos administrativos referentes aos TC 01/2020, TC 02/2020 e a outros termos de colaboração que tenham sido firmados com mesma finalidade, não foi disponibilizado acesso ao Tribunal do(s) processo(s) que tratam da ampliação do Serviço de Acolhimento com o Instituto Inclusão.

Manifestação

134. A jurisdicionada informou que a meta pactuada com o Instituto Inclusão no Termo de Colaboração 2/2018, Processo 00431-00010780/2018-18, foi ampliada de 100 vagas para 320 em 31/12/2018, conforme o Primeiro Termo Aditivo e, por esse motivo, entendeu-se que a determinação constante do inciso II da Decisão 2.489/20 não alcançava o referido Processo (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 7).

135. A Pasta ressaltou que desde então, dezembro de 2018, buscou juntamente com o Instituto Inclusão a implantação da capacidade plena de atendimento. Porém, entre a formalização da parceria, em 25/09/2018 e abril de 2019 conseguiu-se ofertar no máximo 110 vagas. A partir de abril/2019 a parceria passou a disponibilizar 215 vagas. Em razão da dificuldade de locação de imóveis para implantação das unidades de acolhimento, somente em abril de 2020 conseguiu-se a meta completa de atendimento, ou seja, oferta das 320 vagas. Por fim, a Secretaria esclareceu que vinha glosando o valor referente às vagas pendentes de implantação e só iniciou os repasses integrais após a implantação da capacidade plena. (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 7).

Análise

136. Em atendimento ao determinado no item II da Decisão 2.489/2020 a SEDES/DF concedeu à equipe técnica do TCDF o acesso integral ao Processo SEI-GDF 00431-00010780/2018-18, o qual trata do Termo de Colaboração 02/2018 celebrado pelo Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social e a SEDES/DF para execução do Serviço de Acolhimento Institucional de Adultos e Famílias na modalidade Casa de Passagem.

137. Consulta aos documentos constantes no processo SEI confirmam os esclarecimentos prestados pela SEDES/DF no sentido de que as 105 vagas oferecidas no Centro de Convivência Granja das Oliveiras, pelo Instituto Inclusão, têm por origem a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração 02/2018, mas só a partir da vigência do Segundo Termo Aditivo, ou seja, 01/04/2020, a meta pactuada no Termo de Colaboração, 320 vagas, foi atingida pela parceria (e-DOC 49D03D49-e, pág. 31, 33, 35, 45, 50)

138. Por fim, destaca-se que os ajustes celebrados nos TC 01/2020 e TC 02/2020 tiveram por objeto a realização de Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional na forma de alojamento provisórios. Já o TC 02/2018 tem por objeto a execução do Serviço de Acolhimento Institucional de Adultos e Famílias na modalidade Casa de Passagem na forma de acolhimento permanente.

139. Nesse sentido, apesar de o espaço cedido pelo Centro de Convivência Granja das Oliveiras acolher pessoas em situação de rua, o objeto da parceria do TC 02/2018, difere das parcerias realizadas com finalidade de apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, não devendo fazer parte, portanto, da análise tratada nesta Instrução.

140. Portanto, sugere-se considerar **atendido** o item II da Decisão 2.489/2020. (Sugestão II)

Achado 13 – Ausência de Apostilamentos para sanar irregularidades do TC 01/2020
Situação Encontrada



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quarta Procuradoria

141. Por fim, verificou-se ausência de medidas tomadas pela Pasta para sanear as irregularidades apontadas no Despacho da Gerência de Acompanhamento de Contratos e Convênios de 27/08/2020, acerca de inconsistências no trâmite para assinatura do 2º Termo Aditivo do TC 01/2020, assinado em 05/08/2020. As inconsistências tratam de:

1. 'Os documentos que comprovam as condições de habilitação da Entidade TOCAR foram juntados ao processo em 10/08/2020, conforme Memorando Nº 315/2020 - SEDES/SEADS/SUBSAS/CPSE (45064397).
2. O 2º Termo Aditivo (44754207) apresenta erros e omissões de cláusulas e parágrafos na composição do seu texto, dessa forma, foi confeccionado o Apostilamento nº 02 (45735873) para corrigir a redação do mesmo.
3. Nos autos falta a disposição da dotação orçamentária e do empenho para execução do Segundo Termo Aditivo.' (e-DOC E93EE009, pág. 2049/2051).

Manifestação

142. Quanto aos erros e omissões constantes do 2º Termo Aditivo ao TC 01/2020, a Jurisdicionada informou que a GACC, atual GECONV, propôs o Apostilamento 02 para correção dos erros e omissões de cláusulas e parágrafos na composição do texto do Termo Aditivo, sendo que o documento foi encaminhado à Subsecretaria de Administração Geral. Porém, a Gerência ressaltou que não há como opinar sobre o conteúdo do Apostilamento visto que o documento não foi assinado (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 7).

143. Quanto à juntada intempestiva dos documentos que comprovam as condições de habilitação da parceria, a SEDES/DF esclareceu que, apesar das cópias da Ata de Eleição do quadro dirigente, do comprovante de endereço, da declaração de vedações e da cópia do estatuto terem sido juntados ao processo apenas em 10/8/2020, em 4/8/2020 haviam sido juntados os comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da entidade, além do comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ (peça 58, e-DOC 066C33BB-c, pág. 7).

Análise

144. Análise dos documentos acostados ao Processo SEI 00431- 00004214/2020-91 demonstra a inexistência de Apostilamento firmado com finalidade de sanear os erros e omissões identificados pela Gerência de Acompanhamento de Contratos e Convênios no 2º Termo Aditivo do TC 01/2020 (e-DOCs E93EE009-e e 90850E0F-e).

145. Nesse sentido, apesar da junção de documentos obrigatórios para a formalização do Termo Aditivo, com intempestividade, **as inconsistências detectadas pela Gerência não foram sanadas em sua integralidade no decorrer na execução da parceria.**

146. Ressalta-se que após ter sido firmado o Terceiro Termo Aditivo do TC 01/2020 o Instituto Tocar oficiou a SEDES/DF, solicitando apostilamento em face da necessidade de adequações de itens no Plano de Trabalho, apresentando listagem das alterações e correções pretendidas, porém, não constam nos autos respostas ao solicitado pela OSC, bem como, celebração de apostilamento (e-DOC 90850E0F-e, pág. 262).

147. Considerando que a parceria findou, apresentado diversas irregularidades, conforme apresentado no decorrer desta Instrução, reitera-se a sugestão de que seja **determinado** à SEDES/DF que: a) notifique, imediatamente, o Instituto Tocar para que apresente o **Relatório de Execução Financeira**, o qual deverá conter as informações e documentos elencados no art. 62 do Decreto 37.843/2016; b) realize: i) a análise do relatório de execução financeira, mediante parecer técnico, de acordo com o previsto no art. 63 do Decreto 37.843/2016; ii) a análise e julgamento das **prestações de contas** do Instituto Tocar, referente ao TC 01/2020, nos termos dos arts. 67 a 70 do Decreto 37.843/2016, dando conhecimento a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca dos resultados. (**Sugestão III.c; III.d.**)” (Grifos no original e acrescidos).



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

18. No que se refere às informações e aos esclarecimentos apresentados pela SEDES/DF e pelas OSCs parceiras em cumprimento ao deliberado pelo Plenário na Decisão nº 4.738/2020, mister salientar que o Corpo Instrutivo se manifestou no sentido de que o TCDF considere **parcialmente satisfatórias** os esclarecimentos em comento.

19. No que se refere aos **Achados 1 a 6** da Matriz (e-DOC 3DC7F264; Peça nº 68), “Ausência de indicação da localidade de execução do objeto na Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 01/2020”; “Ausência de justificativa para o ‘Modelo de Montagem Completa’ adotado (TC 01/2020 e TC 02/2020)”; “Ausência de documentos de permissão de uso da área do Autódromo Internacional de Brasília (TC 01/2020)”; “Ausência de informações acerca da capacidade de atendimento existente (TC 01/2020 e TC 02/2020)”; “Exiguidade temporal entre a publicação dos Avisos de Abertura de Dispensa de Chamamento Público e o recebimento de propostas (TC 01/2020 e TC 02/2020)”; e “Falhas na definição dos critérios de seleção (TC 01/2020)”, em **anuência** com a Unidade Técnica, este Representante Ministerial entende que a manifestação da jurisdicionada **não foi suficiente** para afastar as impropriedades relacionadas às fases de planejamento, divulgação dos procedimentos de Dispensa de Chamamento Público deflagrados pela SEDES/DF, que levaram à celebração dos TCs nºs 1/2020 e 2/2020, bem como as falhas na etapa de seleção da entidade parceira do TC nº 1/2020.

20. Como visto, referidos achados apontam para a **insuficiência das informações e justificativas** quanto à **Especificação do Objeto** das parcerias estabelecidas, aspectos que **podem ter restringido a participação de interessados no estabelecimento dos Termos de Colaboração**.

21. Nesse contexto, vale mencionar, que a Lei nº 13.019/2014 estipula, no § 4º do seu art. 32, que “a dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, (...), não afastam a aplicação dos demais dispositivos desta Lei.”

22. Desse modo, apesar da caracterização da situação de excepcionalidade causada pela pandemia do novo coronavírus para demonstrar a necessidade de celeridade para o acolhimento imediato da população de rua, além da informação acerca da insuficiência de vagas em serviços de acolhimento existentes para fazer frente à demanda identificada pela SEDES/DF, como fatores de justificativa do gestor para a opção dos procedimentos de **Dispensa de Chamamento Público** deflagrados, as informações que dão base à celebração dos Termos de Colaboração, contidas nas Notas Técnicas nºs 11, 12 e 15/2020 – SEDES/SEADS/SUBSAS, conforme consignado pelo Corpo Instrutivo, **carecem de aperfeiçoamento** quanto à especificação do objeto.

23. É cediço que qualquer falha ou lacuna nas informações da especificação do objeto pretendido com as parcerias e as condições detalhadas para sua execução, além de comprometer a **transparência** ao procedimento de seleção, pode **limitar a participação** de potenciais interessados em prestar os serviços e, ainda, caracterizar possível **direcionamento** do ajuste, expressamente vedado no art. 24, § 2º, da Lei nº 13.019/2014 e no art. 12 do Decreto nº 37.843/2016.



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

24. Ademais, malgrado a necessidade de celeridade para a realização dos ajustes, o lapso temporal entre a publicação dos Avisos de Dispensa de Chamamento e a apresentação das propostas, consoante detalhado no quadro 2 da instrução técnica, reproduzido mais acima neste Opinitivo, se mostrou **insuficiente** para que possíveis interessados, ainda sem ciência da parceria pretendida pela Administração Pública, pudessem tomar conhecimento do projeto e elaborar os Planos de Trabalho e propostas correspondentes, de modo adequado.

25. Nesse contexto, em harmonia com a DIASP2, o **Parquet** especial pugna pela emissão de **alerta** à SEDES/DF, visando ao **aprimoramento** dos futuros procedimentos de Dispensa de Chamamento Público para evitar a ocorrência das impropriedades elencadas nos Achados 1 a 6, sem prejuízo da **determinação** contida na sugestão lançada no item **III.a.1** da Informação nº 5/2021 – DIASP2, para que a SEDES/DF apresente ao Tribunal informações obtidas junto à Secretaria de Esporte e Lazer do DF acerca das condições em que as dependências do Autódromo Internacional Nelson Piquet, utilizadas para realização do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, objeto do TC nº 1/2020, foram recebidas, inclusive com detalhamento dos possíveis danos patrimoniais ocorridos e ainda não reparados, bem como informações acerca de eventuais despesas correntes não custeadas pela entidade ou pela SEDES/DF e que estiveram diretamente atreladas à execução do ajuste.

26. Ainda em relação aos Achados 1 a 6, o MPC/DF entende que as impropriedades possuem o condão de autorizar a **audiência** do responsável indicado na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97AB52C; Peça nº 69), para que, no prazo de 30 dias, apresente razões de justificativa acerca das falhas na fase de planejamento, divulgação e seleção das Dispensas de Chamamento Público que resultaram na celebração do TCs nºs 1/2020 e 2/2020, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, II e III, da LC nº 1/1994.

27. No que se refere ao **valor global das parcerias**, que compreende os **Achados 7** “Valores executados para instalação da estrutura acima do custo estimado” e **8** “Valores pagos por pessoa atendida acima do valor de referência”, vale relembrar que referidos aspectos nortearam a formulação da Representação nº 11/2020-G4P pelo **Parquet** de Contas, oportunidade em que este Órgão Ministerial indicou a existência de **possível prejuízo ao Erário** decorrente da execução das despesas no âmbito do TC nº 1/2020, celebrado com o Instituto Tocar, tendo em vista o **pagamento mensal por locação de itens que, uma vez adquiridos, seriam suficientes para satisfazer a estrutura requerida visando ao atendimento da demanda prevista para o serviço ajustado** e, ainda, em razão da **não adoção**, pela SEDES/DF, **do valor de referência do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional estipulado na Portaria nº 290/2017-SEDES/DF**.

28. Com efeito, a teor do propugnado pelo Corpo Técnico, a manifestação da jurisdicionada não foi suficiente para afastar as impropriedades, as quais, em razão do **dano** ao Erário, ensejam a **audiência** dos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização (e-DOC 97A3B52C; Peça nº 69), com reflexo no **Achado 9** “Ausência de formalização da redução do custo global da parceria do TC 01/2020”, tendo em vista a possível conversão em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da LC nº 1/1994 e eventual aplicação da sanção prevista no art. 57, III, da referida norma.



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

29. Ainda em relação a essas impropriedades, o **Parquet** de Contas coaduna com a proposta de **determinação** para que a SEDES/DF notifique as OSCs parceiras, Instituto Tocar e Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias, a apresentarem Relatórios de Execução Financeira dos ajustes, para análise e julgamento das prestações de contas correspondentes, nos termos dos arts. 63 e 67 a 70 do Decreto nº 37.843/2016, dando conhecimento ao Tribunal acerca dos resultados.

30. Em acréscimo, sugere-se apenas que a Representação nº 11/2020-G4P, em razão das irregularidades que foram confirmadas pela análise instrutória, seja julgada **procedente**.

31. Prosseguindo, desta feita no que diz respeito ao **Achado 10** “*Ausência de atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação*”, o exame conduzido pela Unidade Técnica salientou que, em face das irregularidades ocorridas na execução dos TCs nºs 1/2020 e 2/2020, a Comissão de Monitoramento e Avaliação deveria ter atuado, não merecendo acolhida os argumentos apresentados pela Pasta.

32. Nesse sentido, considerando a **gravidade** das falhas constatadas na consecução dos ajustes examinados, em **consonância** com a Unidade Técnica, entendo oportuna que se expeça **determinação** à SEDES/DF para que exija da Comissão de Monitoramento e Avaliação **atuação efetiva** no acompanhamento dos procedimentos realizados para análise da prestação de contas do TC nº 1/2020 e da execução dos serviços objeto do TC nº 2/2020, bem como na posterior análise da prestação de contas deste ajuste, sem prejuízo do **alerta** à jurisdicionada para que garanta as **condições adequadas** para o funcionamento e o cumprimento das atribuições da Comissão, conforme recomendação contida no item **VI.a.1** da Decisão nº 4.328/2018, proferida no Processo nº 10.285/2017-e⁴.

33. Por fim, considerando **satisfatórias** as manifestações e as providências adotadas em relação aos **Achados 11** “*Ausência de informações sobre a parceria no sítio da Associação Mãos Solidárias, TC 02/2020*” e **12** “*Atendimento parcial ao estabelecido no item II da Decisão TCDF 2.489/2020*”, novamente o entendimento do **Parquet** de Contas se **alinha** ao apresentado pelo diligente Corpo Técnico em relação ao **Achado 13** “*Ausência de Apostilamentos para sanar irregularidades do TC 01/2020*”.

34. Nesse aspecto, considerando o encerramento do ajuste em comento (TC nº 1/2020), entendo que o Tribunal deva **determinar** à SEDES/DF que notifique, imediatamente, o Instituto Tocar, para que apresente o Relatório de Execução Financeira e, após, mediante o exame do referido documento, proceda à análise e ao julgamento das prestações de contas do Instituto, dando conhecimento à Corte de Contas acerca dos resultados encontrados.

35. Ante o exposto, **com o acréscimo constante do parágrafo 30 acima, alusivo à procedência da Representação nº 11/2020-G4P**, o MPC/DF **converge** com as conclusões e

⁴ Auditoria Integrada realizada, em cumprimento ao Plano Geral de Ação para o exercício 2017, na Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF, para avaliar a regularidade, o controle e a transparência da execução dos serviços de acolhimento e proteção social prestados por entidades que celebraram Termos de Colaboração com o órgão.



MPCDF

Proc.: 00600-
00004885/2020-
08-e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

proposições apresentadas pela Segunda Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública na Informação nº 5/2021 – DIASP2.

É o Parecer.

Brasília, 12 de maio de 2021.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador-Geral